

Quem disse ?

«Assalariados pagam 30 vezes mais IRS do que empresários»

Título de «O Público»
9 de Março de 2000



Director Fernando de Sousa • Director-adjunto José Manuel Viegas
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Guterres reeleito em Abril

Congresso adiado para Maio

O Partido Socialista formalizou, no passado dia 13, a decisão de adiar o XII Congresso Nacional para os dias 4, 5 e 6 de Maio, realizando-se a eleição dos delegados e do secretário-geral António Guterres entre 20 e 22 de Abril.

Em conferência de Imprensa, o presidente da Comissão Organizadora do Congresso (COC), Fausto Correia, justificou o adiamento da reunião magna dos socialistas com a tragédia ocorrida em Entre-os-Rios e as posteriores dificuldades em resgatar as vítimas. «A tragédia causou um ambiente de luto e de pesar entre os portugueses que condiciona também a necessária discussão política democrática e plural a fazer antes das eleições do secretário-geral e dos delegados», acrescentou.

De acordo com Fausto Correia, o plenário da COC tomou por unanimidade a decisão de adiar o congresso.

Antes da COC tomar a decisão foram ouvidos o secretário-geral, António Guterres, o presidente do Partido, Almeida Santos, e os dois subscritores de moções globais alternativas às do líder socialista, Henrique Neto e António Brotas. Neste contexto, tendo presente que a eleição dos Delegados, a eleição do Secretário-Geral, e a realização do Congresso Nacional são momentos de trabalho, de mobilização e de festa da família socialista; a Comissão Organizadora do XII Congresso Nacional deliberou adiar a eleição dos Delegados e do Secretário-Geral e agendar o Congresso Nacional para os dias 4, 5 e 6 de Maio de 2001, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, de acordo com o seguinte calendário:

20, 21 e 22 de Abril – Eleição dos Delegados e do secretário-Geral.
28 de Abril – Eventual repetição de actos eleitorais.

Até 4 Maio – Publicação da lista completa de delegados ao Congresso.

4, 5 e 6 de Maio - XII CONGRESSO NACIONAL .

SAMPAIO AFIRMA NA TOMADA DE POSSE

TEMOS O DEVER DE ESTAR À ALTURA DA ESPERANÇA DOS PORTUGUESES

Jorge Sampaio iniciou no dia 9 o seu segundo mandato como Presidente da República, numa cerimónia discreta de tomada de posse na Assembleia da República, onde fez um discurso em que elencou desafios e prometeu uma acção ainda mais próxima dos portugueses, dos seus problemas e das suas expectativas, salientando que mantém intacto e actualizado o sonho da sua juventude num mundo de maior dignidade para todos os seres humanos e num Portugal mais solidário, com menos discriminações.



Governo

Tragédia do Douro Estado indemniza familiares das vítimas

O Executivo socialista está solidário com as famílias afectadas pelo trágico sinistro que vitimou, recentemente, 70 pessoas. Reunido na passada quinta-feira, dia 8, em Lisboa, o Conselho de Ministros exprimiu as suas sentidas condolências aos familiares das vítimas da queda da ponte sobre o rio Douro, tomando conhecimento da evolução das acções de resgate em curso e aprovando medidas legislativas que pretendem agilizar e desburocratizar a resolução da dramática situação que resultou no drama vivido em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva.

PS em Movimento

Ferro Rodrigues defende em entrevista Candidatura de Guterres às presidenciais de 2005



Ferro Rodrigues, recém-empossado ministro do Equipamento Social, defende a candidatura de António Guterres nas presidenciais de 2005, numa entrevista publicada, no dia 11, no «Público».



Sampaio incentiva portugueses

Jorge Sampaio iniciou oficialmente o seu segundo mandato como Presidente da República na passada sexta-feira, prestando juramento na Assembleia da República, numa cerimónia simples, mas carregada de simbolismo, a que assistiram as mais altas figuras da nação.

Recorde-se que o Presidente restringiu ao mínimo as cerimónias da sua posse devido à tragédia de Entre-os-Rios.

Nun longo discurso em que elencou desafios e prometeu cooperação institucional para resolver problemas, Sampaio afirmou que vai exercer uma magistratura com isenção e equilíbrio, comprometendo-se a ser um presidente «mais atento, mais responsável».

Ao iniciar os seus últimos cinco anos no Palácio de Belém, Jorge Sampaio apontou vários desafios ao Governo – ultrapassar as dificuldades no crescimento económico, acentuar a convergência com os países mais desenvolvidos da União Europeia (UE), reforçar a posição de Portugal numa UE alargada, resolver os problemas ao nível da segurança interna e dar maior eficácia à administração pública.

Com um discurso «optimista» e destinado «a combater o desencanto» dos portugueses após a tragédia de Entre-os-Rios, o Presidente de República quis «transmitir ao Estado e à sociedade os impulsos transformadores e modernizadores que no âmbito da minha magistratura considero prioritários» e que respeitam às áreas da formação, do ensino, cultura e ciência, das vidas empresarial e política, justiça, saúde, Forças Armadas e segurança pública.

«A renovação da confiança do eleitorado significa, antes de mais, que devo prosseguir o caminho traçado (no primeiro mandato), dando à função presidencial o carácter de vértice estabilizador do sistema político, prevenindo bloqueios artificiais e apoiando as reformas necessárias», referiu Sampaio.

Nun momento em que há um ambiente de tristeza e de pessimismo entre os portugueses, o chefe de Estado deixou palavras fortes, optimistas e voltadas para o futuro para combater o desencanto, tendo instado à necessidade de prosseguir e intensificar reformas estruturais em áreas como a da equidade fiscal, a racionalização das despesas públicas ou o aumento da eficiência dos serviços públicos.

No domínio da reforma do sistema político, o Presidente salientou a necessidade de as instituições representativas demonstrarem «mais eficácia e prestarem contas da sua acção em defesa do interesse público».

Durante a sessão solene, discursou ainda o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, que focou a necessidade de haver mais debate político e «presidências abertas de escultação do futuro».

Começando por elogiar os primeiros cinco anos de Jorge Sampaio como Presidente, Almeida Santos manifestou «esperança reforçada» na jornada presidencial que agora se inicia, fazendo apelo a um pacto de variados sectores para «a gestão das mudanças que são ou se revelem necessárias».

«Temos de fazer essa gestão de forma integrada, nomeadamente estimulando e institucionalizando modelos de participação dos cidadãos que substituíam os modelos sociais espontâneos que cada vez mais irrompem pelas frinças de proibições desactualizadas e inúteis», defendeu Almeida Santos, acrescentando que «o debate político não pode continuar a ser, ou quase, um monopólio dos media».



PS FAZ DIAGNÓSTICO E APRESENTA SOLUÇÕES

A apresentação no Porto, pelo camarada Mário Soares, do documento «A resposta do PS ao Portugal em crise» era a notícia que fazia manchetes na edição de 17 de Março de 1983 do «Acção Socialista».

Era um documento onde o PS depois de um exaustivo diagnóstico propunha soluções para salvar o País que se encontrava mergulhado numa profunda crise económica e social.

A luta contra a corrupção, o ataque à crise económica e financeira e ao crónico problema do endividamento externo, a solidariedade na saúde, na segurança social e na habitação, a defesa dos direitos dos trabalhadores e assegurar segurança e dignidade aos jovens eram os grandes objectivos traçados pelo PS.

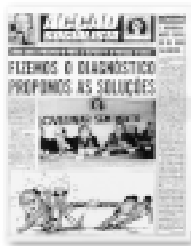
O «Acção Socialista», como habitualmente, dedicava particular atenção nas suas páginas às actividades das Secções e Núcleos de Empresas, dos deputados do GP/PS e dos nossos autarcas e sindicalistas.

J. C. C. B.

17 de Março

Quem disse?

«Altos quadros da administração e gestores públicos terão que ser responsabilizados de forma mais efectiva pelas suas funções»
Mário Soares



Executivo socialista Sampaio empossa novos governantes

O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou, no dia 10, os novos ministros do Equipamento Social e do Trabalho e Solidariedade, numa cerimónia realizada no Palácio de Belém e que durou cerca de uma hora.

Jorge Sampaio, que depois de saudar os novos governantes foi abraçar o ex-ministro do Equipamento Social Jorge Coelho, investiu também oito secretários de Estado naquele que foi o primeiro acto oficial do seu segundo mandato presidencial.

Também o primeiro-ministro, António Guterres, teve o mesmo gesto, atravessando a sala onde decorreu a cerimónia para abraçar o camarada Jorge Coelho, que se demitiu domingo do cargo ministerial, horas depois da tragédia em Castelo de Paiva.

Teresa Moura, secretária de Estado dos Assuntos Europeus, José Manuel Simões de Almeida e António Dornelas, secretários de Estado da Segurança Social e do Trabalho, respectivamente, são as três caras novas do Executivo.



Rui Cunha e Vieira da Silva, secretários de Estado adjunto e dos Transportes e das Obras Públicas, respectivamente, Leonor Coutinho e José Junqueiro, secretários de Estado da Habitação e da Administração Portuária, Fausto Correia, secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, foram igualmente empossados.

Certidões via Internet Mais de seis mil pedidos no primeiro mês

O Serviço Público Directo, utilização da Internet pela Administração Pública, recebeu mais de seis mil pedidos durante o primeiro mês de actividade.

Segundo uma nota do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, divulgada no passado dia 8, o site www.spdirecto.infocid.gov.pt, através do qual se poderá solicitar certidões nos Registos Civil, Comercial e Predial, registou 6.681 pedidos desde a sua inauguração, a 5 de Fevereiro.

Durante o primeiro mês de funcionamento foram pedidas 3.685 certidões do registo civil, 1.695 certidões do registo comercial, e ainda 1.301 certidões do registo predial. O site dá início a uma nova característica do Infocid, que permite igualmente que se

façam pagamentos, tendo-se registado, segundo a mesma nota, 4.365 por multibanco e 2.316 à cobrança.

O Infocid, como sistema integrado de informação ao cidadão, aos agentes económicos e à sociedade civil, assenta no carácter cooperativo da produção da informação, o que pressupõe a participação de cerca de 40 serviços públicos.

Este novo sistema visa não só os utilizadores residentes em território nacional, como os que se encontram no estrangeiro, tendo-se registado a utilização por 6.234 portugueses, e 447 estrangeiros, dos quais 161 brasileiros, 58 helvéticos, 56 norte-americanos e os restantes de diversas nacionalidades.

Ambiente Inspeção-Geral apresenta plano para 2001

A Inspeção-Geral do Ambiente (IGA), que se propõe fiscalizar este ano 800 indústrias, apresentou, sexta-feira, dia 9, em Lisboa, no Ministério da tutela, o seu relatório de actividades de 2000 e o plano para 2001.

Entre as 800 unidades industriais, a IGA vai fiscalizar cimenteiras, petroquímicas, centrais térmicas, empresas de siderurgia e celulose, além de inspeccionar o tratamento de águas residuais urbanas.

Segundo o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, que tutela a IGA, o plano de actividades para este ano prevê, também, a fiscalização das embalagens

utilizadas nas superfícies comerciais e reutilizáveis em estabelecimentos de restauração, assim como dos aviários e da utilização de óleos usados.

Nos próximos meses vão ser ainda desenvolvidas acções na área da prevenção e controlo integrado de poluição e de observância do cumprimento das disposições relativas ao regime jurídico da avaliação de impacto ambiental de projectos apreciados em 2000.

O plano de actividades da IGA para 2001 inclui, ainda, inspecções às condições de funcionamento de aterros para resíduos industriais banais.

TOMADA DE POSSE

Sampaio afirma

TEMOS O DEVER DE ESTAR À ALTURA DA ESPERANÇA DOS PORTUGUESES

Jorge Sampaio iniciou no dia 9 o seu segundo mandato como Presidente da República, numa cerimónia discreta de tomada de posse na Assembleia da República, onde fez um discurso em que elencou desafios e prometeu uma acção ainda mais próxima dos portugueses, dos seus problemas e das suas expectativas, salientando que mantém intacto e actualizado o sonho da sua juventude num mundo de maior dignidade para todos os seres humanos e em Portugal mais solidário, com menos discriminações.

No seu discurso, o Chefe de Estado anunciou que enviará em breve uma mensagem à Assembleia da República sobre a nova lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. Jorge Sampaio, no seu discurso de posse, indicou que essa mensagem se baseia na experiência por si colhida quando à nova lei do financiamento das campanhas eleitorais.

Num longo discurso em que elencou desafios e prometeu cooperação institucional para resolver problemas, Sampaio frisou que «não terá nunca contemplação com a desatenção, com a falta de empenhamento na solução dos problemas, com o arrastamento das decisões» a tomar.

«Não podemos ficar surdos perante as críticas, quando justas, e inertes perante as exigências, quando legítimas. Pior do que uma resposta, mesmo incompleta, é a indiferença, o deixa andar», sustentou Jorge Sampaio.

«Quero transmitir ao Estado e à sociedade os impulsos transformadores e modernizadores que no âmbito da minha magistratura considero prioritários» e que respeitam às áreas da formação, do ensino, cultura e ciência, das vidas empresarial e política, justiça, saúde, Forças Armadas e segurança pública.

«A renovação da confiança do eleitorado significa, antes de mais, que devo prosseguir o caminho traçado, dando à função presidencial o carácter de vértice estabilizador do sistema político», prevenindo bloqueios artificiais e apoiando as reformas necessárias, referiu Jorge Sampaio.

No domínio da reforma do sistema político, o Presidente da República salientou a necessidade de as instituições representativas demonstrarem «mais eficácia e prestarem contas da sua acção em defesa do interesse público».

O aperfeiçoamento do sistema de recenseamento eleitoral foi um dos pontos indicados por Jorge Sampaio nesse



campo.

Quanto à reforma do Estado, que considerou não dever «ser aprisionada na luta político-partidária», impõe-se uma maior igualdade regional na oferta e na utilização dos serviços públicos e dos recursos, apontou Jorge Sampaio.

Maior oferta regional de serviços públicos

«Precisamos de serviços públicos que sejam verdadeiramente o que são: serviços e públicos», sublinhou Jorge Sampaio.

O Presidente da República destacou também a necessidade de adequar as capacidades do Estado para enfrentar os factores de insegurança e risco que condicionam a sociedade portuguesa.

«A segurança e a tranquilidade dos portugueses dependem muito da credibilidade do Estado e da eficácia da Administração Pública. Só com rigor e a transparência asseguraremos essa credibilidade, só com qualificação modernização, racionalização de meios, garantiremos esta eficácia», explicou Jorge Sampaio.

No que respeita à Europa, o Presidente da República disse colocarem-se duas reflexões: «Como garantir condições para que Portugal continue no caminho da convergência com os países mais desenvolvidos da União» e «como defender os interesses e a posição do Estado no modelo institucional reformado».

«Temos, desde já, de evitar dois riscos: a ilusão de que outros, melhor do que nós próprios, defenderão os nossos interesses, e o engano de que, isolados, estaremos melhor defendidos», insistiu.

No campo da competitividade da economia nacional há que «reinventar o pacto social» e contribuir assim para serem fixados objectivos de médio prazo à sociedade portuguesa, disse o Chefe de Estado.

Admitindo que «uma divergência temporária não deva ser tomada como um desfasamento duradouro», Sampaio instou à tomada de medidas - «sem demora» - que garantam uma mudança de orientação caso seja ameaçada a tendência de crescimento económico do país.

Se importa corrigir factores ligados à despesa pública e à taxa de poupança das famílias, mais importante é encontrar respostas que garantam o crescimento sustentado do país no médio e longo prazos, frisou Jorge Sampaio.

«Uma viragem impõe-se neste aspecto de forma absolutamente decisiva» e que passa por libertar recursos para os sectores produtivos, privilegiar o investimento em vez do consumo, fomentar o desenvolvimento industrial, difundir as novas tecnologias ou melhorar a gestão empresarial, observou.

Sampaio instou ainda à necessidade de prosseguir e intensificar reformas estruturais em áreas como a da equidade fiscal, a racionalização das despesas públicas ou o aumento da eficiência dos serviços públicos.

Vencer a abstenção comodista

Durante a sessão solene, discursou ainda o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, que começou a sua esclarecida intervenção, cheia de reflexões pertinentes, por tecer rasgados elogios aos

primeiros cinco anos de Jorge Sampaio na Presidência da República.

Almeida Santos sustentou que «uma cidadania participativa é a base da democracia. E que, se os cidadãos se desinteressarem pela vida pública, a democracia perde o seu fundamento, a sua legitimidade».

No entanto, frisou, nem por isso defende o voto obrigatório. «O interesse pelo bem comum e pela democracia não se decreta», disse.

«Isto não significa que devamos cruzar os braços», continuou, adiantando que são cada vez mais visíveis e identificados os verdadeiros inimigos da democracia. «São os que realçam os seus defeitos e apoucam as suas virtudes; os que atacam os partidos, esquecendo o seu fundamentalíssimo papel, os que apoucam os políticos, culpando-os de tudo, até das suas próprias culpas. No fundo, saudosos da sua redução à unidade, ou seja de um ditador».

«Combatamo-los com armas de opinião e pedagogia cívica. Rentabilizemos a superioridade das forças do bem sobre as do mal. Da liberdade sobre as da opressão. Começando por corrigir a nossa passividade para logramos vencer a abstenção comodista, abúlica, mas não inimiga da democracia», exortou.

Numa outra parte do seu discurso em que reflectiu sobre alguns novos problemas que se colocam ao País e a nível global, Almeida Santos falou de flagelos, tais como as empresas universais do crime organizado, que lavam dinheiro sujo nos «off-shores» e nas bolsas sem fiscalização, e em certos bancos sem alma, do hino à violência que nos entra em casa via televisão. **J. C. B.**

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Novas esquadras e divisões da PSP em Lisboa

O ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, reafirmou, no dia 13, a aposta do Executivo socialista na segurança dos cidadãos, com a criação de mais duas esquadras e três novas divisões em Lisboa.

As novas esquadras da Ajuda e da Ameixoeira são, segundo Severiano Teixeira, uma prova da «prioridade que o Governo tem dado à segurança nas grandes cidades».

Outra das preocupações do ministério é descentralizar. Assim, em Lisboa, «das actuais quatro divisões, passar-se-á a sete, estando a criação da primeira destas novas divisões, a quinta, para muito breve no Alto do Pina».

Seguem-se, segundo o ministro, as divisões do Arco do Cego e do Alto do Lumiar, no próximo ano.

Para o governante, «este incremento do número de divisões e de esquadras em Lisboa, a que se alia a presença evidente das forças de segurança na via pública, é um factor que contribui para um aumento do sentimento de protecção dos cidadãos e um importante factor de dissuasão da criminalidade».

«Policamento de proximidade significa também corresponder às necessidades e às expectativas dos cidadãos, olhando em especial os grupos mais vulneráveis», acrescentou Severiano Teixeira, que apontou como exemplo o programa «Escola Segura».



DEFESA

«Grande empenhamento» dos militares

O «grande empenhamento» e a «disponibilidade permanente» de todos os elementos, militares e da Protecção Civil, envolvidos nos trabalhos de localização e resgate das vítimas e dos veículos do acidente de Entre-os-Rios foram destacados, no dia 12, em Lisboa, pelo secretário de Estado da Defesa.

Miranda Calha acompanhou durante alguns dias a coordenação dos trabalhos em Entre-os-Rios, regressando no domingo à noite a Lisboa, mas mantendo-se em contacto permanente com as equipas que continuam no local à procura dos veículos e dos corpos das vítimas do acidente.

«Há um grande empenhamento de todos, mas quero manifestar o meu apreço, e será de toda a justiça fazê-lo, pelo trabalho desenvolvido pelos militares dos três ramos das forças armadas», disse.

«Há um grande empenhamento, por vezes em situações de altíssimo risco», acrescentou o secretário de Estado, salientando a acção dos fuzileiros e dos mergulhadores da Marinha, mas também a meia centena de militares do Exército que colaboram nas buscas, e no apoio da Força Aérea Portuguesa.



EDUCAÇÃO

Semana dos Media na Escola

A secretária de Estado da Educação, Ana Benavente, presidiu, no dia 12, à sessão de abertura da «Semana dos Media na Escola», que decorre na Fundação Serralves, no Porto.

Participaram ainda nesta sessão Maria Emília Brederote de Santos, presidente do Instituto de Inovação Educacional, Jorge Martins, director Regional de Educação do Norte, e Odete Patrício, directora do Museu de Serralves.

A «Semana dos Media na Escola» decorre até hoje, envolvendo cerca de 360 escolas, dispersas pelo País, pertencentes à Rede de Projectos de Educação e Media. Na Fundação de Serralves estiveram presentes apenas escolas da região do Porto.

A «Semana dos Media na Escola» é uma iniciativa, de âmbito nacional, co-organizada, este ano, pelo Instituto de Inovação Educacional e pela Fundação de Serralves. Como é já habitual, a Semana dos Media na Escola, ocorre todos os anos, em Março, tendo como grande objectivo a apresentação e partilha de experiências desenvolvidas em escolas e por escolas nos domínios da compreensão e produção de mensagens mediáticas.

Específica deste ano é a temática «Comunicar em Português», à qual a «Semana dos Media na Escola» se subordina, associando-se às comemorações do Ano Europeu das Línguas 2001.



ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA E PORTUÁRIA

Ferry-boats chegam dentro de duas semanas a Entre-os-Rios

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, José Junqueiro, reiterou, no dia 12, que os dois *ferry-boat* para o atravessamento do Douro em Entre-os-Rios, chegam dentro de duas semanas.

No entanto, o governante alertou para o facto dos actuais caudal e corrente do rio colocarem grandes dificuldades ao atravessamento fluvial por barco, em substituição da ponte de Castelo de Paiva.

As embarcações, que já se encontram contratadas, têm capacidade para o transporte de 24 veículos e de 120 pessoas e permitem uma travessia em cerca de cinco minutos. As declarações de José Junqueiro foram proferidas perante a Comissão de Equipamento Social da Assembleia da República, a qual, recentemente, tinha decidido ouvir responsáveis políticos e técnicos sobre as formas de atravessamento do rio, na sequência da tragédia de Castelo de Paiva.

Junqueiro acabou, no entanto, por ser o único elemento a ser ouvido pela comissão, dado que o presidente do Instituto de Navegabilidade do Douro foi convocado pela comissão de inquérito à queda da ponte.

Ao inquérito foi dada prioridade sobre a audição parlamentar.

Os deputados da comissão de Equipamento Social deslocam-se no dia 20 a Castelo de Paiva para contactos com os autarcas dos municípios afectados.

Durante a sua intervenção, José Junqueiro revelou ainda que, além da decisão de ser construída uma nova ponte, «surtiu uma ideia de atravessamento com duas possibilidades», que passam pela construção de uma ponte no local com uma grande estrutura metálica ou o aproveitamento da existente através de um arco invertido.



AGRICULTURA

Ovibeja 2001 sem mostra de gado

O ministro da Agricultura confirmou, no dia 8, que a edição 2001 da Ovibeja não vai incluir exposições e concursos de gado como medida de prevenção contra a propagação do surto de febre aftosa. Capoulas Santos falava aos jornalistas no concelho de Montemor-o-Novo, Évora, após a apresentação do projecto de execução das redes de rega, viária e de drenagem do projecto de aproveitamento hidroagrícola da barragem dos Minutos.

Instado sobre aquela que é uma das principais componentes da Ovibeja – que decorre em Beja de 17 a 25 de Março –, o ministro reconheceu que o gado bovino, ovino, e caprino não vai, desta vez, marcar presença no certame agrícola.

«Não vai haver exposição de gado porque as feiras de gado estão proibidas e há grandes restrições à circulação de animais como medida preventiva da febre aftosa», afirmou.

Classificada como uma das maiores feiras do sul do País, a Ovibeja é, todos os anos, o local por excelência para os criadores e comerciantes de gado mostrarem a adquirirem animais mas, dado o aparecimento do surto de febre aftosa no Reino Unido, o Executivo mostra-se empenhado em impedir a entrada da doença em território nacional.



ENSINO SUPERIOR

Críticas pouco informadas

O secretário de Estado do Ensino Superior considerou pouco informadas e movidas por interesses profissionais as críticas da Ordem dos Farmacêuticos à criação de um novo curso de Ciências Farmacêuticas na Universidade Fernando Pessoa, do Porto.

José Reis falava, no dia 8, em Lisboa, a propósito da demissão da Ordem dos Farmacêuticos do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior por não querer pactuar com a criação de mais um curso de ciências farmacêuticas que considera não interessar ao País nem aos estudantes.

«São críticas injustas e pouco informadas que surgem a partir de um único critério que é o dos interesses profissionais que a Ordem representa. O ensino superior e a política de criação e aprovação de cursos não se baliza por isso», disse José Reis.

«A política de educação não pode ser feita ao sabor dos interesses profissionais. As ordens tem um papel importante, mas ao nível da regulação da profissão», frisou. O secretário de Estado explicou que a política de criação e aprovação de cursos, tem a ver com uma posição reguladora clara por parte do Ministério da Educação tendo em conta o que está estabelecido na lei.

Defende José Reis que ao Ministério da Educação não cabe decretar um proteccionismo de determinadas áreas profissionais, não permitindo a criação de mais cursos quando existe um direito de iniciativa consagrado constitucionalmente.



EQUIPAMENTO SOCIAL

Pontes e viadutos serão inspeccionados

O ministro Ferro Rodrigues anunciou, no dia 10, para breve uma grande operação à escala nacional para verificar o estado das pontes, viadutos e outras infra-estruturas públicas.

A operação vai ser realizada em conjunto pelo Instituto de Estradas de Portugal e pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), adiantou Ferro Rodrigues no final da sua posse como ministro do Equipamento Social e das Obras Públicas.

A decisão segue-se à derrocada da ponte de Entre-os-Rios que vitimou, domingo, mais de 50 pessoas e colocou em causa a política de fiscalização e conservação daquelas estruturas rodoviárias.

«A minha primeira grande preocupação» no cargo é consolidar a «ideia de segurança» das pessoas naquele género de infra-estruturas públicas, frisou Ferro Rodrigues.

O estado de conservação de pontes e viadutos «não pode estar sob suspeita» dos cidadãos, acrescentou o ministro.

Outra grande preocupação de Ferro Rodrigues está no elevado grau de exigência a mostrar pelos responsáveis políticos e da Administração Pública.

Há «a obrigação» de ter consciência que a Administração Pública «está ao serviço» dos cidadãos e não o contrário, declarou.

«A escolha do novo presidente do Instituto de Estradas de Portugal, Pedro Cunha Serra, já obedeceu a essa preocupação», disse.



TRABALHO

Continuidade na eficiência

O novo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social disse sentir «uma grande responsabilidade» em continuar o trabalho desenvolvido pelo seu antecessor desde 1995.

Paulo Pedroso, que sucedeu no cargo a Ferro Rodrigues (novo ministro do Equipamento Social), falava, no dia 10, no final da sua posse, que ocorreu no Palácio de Belém.

O novo ministro, que fazia parte da equipa de Ferro Rodrigues, disse também sentir «um peso acrescido» em função dos seus 35 anos e que o obriga a continuar a «prestar provas de capacidade».



TURISMO

Economia de «boa saúde»

A economia portuguesa e o sector do turismo «estão de boa saúde», garantiu, no dia 10, no Funchal, o secretário de Estado do Turismo, Vítor Cabrita Neto.

O governante deslocou-se à Madeira para estar presente na sessão de encerramento do VII Congresso Nacional da FERECA (Federação da Restauração, Cafés, Pastelarias e Similares de Portugal).

Este encontro reuniu no Funchal, durante dois dias, cerca de 400 pessoas, entre participantes e acompanhantes.

Vítor Cabrita Neto destacou que os investimentos «extraordinários» efectuados nos últimos tempos do sector turístico, bem como o «entusiasmo e maturidade dos empresários», evidenciam o seu crescimento.

Admitiu estar «optimista» quanto ao futuro, apontando a «transformação registada no tecido empresarial nos diferentes sectores de actividade», sustentando que 2001 será o «ano da consolidação».

Cabrita Neto enunciou exaustivamente os vários mecanismos disponibilizados pelo Estado português e pela União Europeia para a modernização do sector da restauração e turismo, o que passa pela formação profissional, uma área da primordial importância para a qualificação destes serviços.

Defendeu a necessidade da valorização social, modernização e qualificação do sector, efectuou um balanço às actividades do último ano, apontando aspectos relacionados com as situações de ilegalidade dos estabelecimentos, produto de erros acumulados, propondo o envolvimento dos municípios no processo de instalação e a definição de medidas uniformizadoras.

Vítor Cabrita Neto quer também efectuar um registo para saber quantos estabelecimentos de restauração e bebidas existem no País, um dado ainda não apurado oficialmente.



PRESIDÊNCIA

Ministro apela a rigor informativo

O ministro da Presidência apelou aos três presidentes dos conselhos de administração dos canais televisivos – RTP, SIC e TVI – no sentido de acordarem um modelo de jornalismo não sensacionalista na cobertura da tragédia em Entre-os-Rios.

Em contactos que manteve, no dia 9, com Pais do Amaral (TVI),

João Carlos Silva (RTP) e Pinto Balsemão (SIC), o governante fez questão de sublinhar que a sua iniciativa visou travar «o desrespeito ao direito à reserva» das famílias das vítimas do desastre de Entre-os-Rios «e não de limitar o acesso à informação» por parte dos jornalistas.

Guilherme d'Oliveira Martins mostrou-se «seriamente preocupado» com o tipo de cobertura televisiva que está a ser feita em Entre-os-Rios, acompanhando assim as queixas de muitos cidadãos que têm protestado por idênticas razões.

No passado sábado, o presidente do Conselho de Administração da RTP, João Carlos Silva fez saber que o canal público não transmitirá em directo os funerais das vítimas, que respeitará o direito à reserva das famílias dos mortos e que procurará assegurar uma informação «extremamente rigorosa».



SAÚDE

Telemedicina já está no terreno

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, reiterou, no dia 12, em Évora, o empenho do Governo em dinamizar e desenvolver a telemedicina no País, onde já existem mais de uma centena de projectos.

Manuela Arcanjo falava aos jornalistas após uma visita ao Hospital Distrital de Évora (HDE), onde assistiu a demonstrações de telemedicina e inaugurou a Urgência Pediátrica.

«O Ministério da Saúde pretende dar coerência e dinamizar ainda mais os projectos de telemedicina», afirmou Manuela Arcanjo, salientando que se trata de «uma das grandes apostas do Governo para a actual legislatura».

«Um pouco por todo o País, por iniciativa de hospitais ou centros de saúde, estão já no terreno mais de cem projectos de telemedicina», disse.

A ministra ressaltou a importância desta nova tecnologia na área da saúde para o Alentejo, atendendo às características de isolamento e grandes distâncias na região.

A grande vantagem da telemedicina consiste, segundo a governante, em «tornar mais acessível os cuidados de saúde diferenciados e pôr os profissionais em contacto».

O HDE passa a estar ligado a hospitais centrais em Lisboa e a seis centros de saúde do distrito, prevendo estender o projecto a todos os 14 concelhos, referiu o director da unidade, Caldas de Almeida.

Durante a deslocação da ministra, foram estabelecidas ligações em directo com o Hospital Egas Moniz, em Lisboa, e com o centro de saúde de Vendas Novas, cuja unidade de apoio integrado também recebeu a visita de Manuela Arcanjo.

A ministra procedeu também à inauguração da Urgência Pediátrica do HDE, que passou a funcionar num espaço próprio separado das urgências dos adultos.



ESTADO INDEMNIZA FAMILIARES DAS VÍTIMAS

O Executivo socialista está solidário com as famílias afectadas pelo trágico sinistro que vitimou, recentemente, 70 pessoas. Reunido na passada quinta-feira, dia 8, em Lisboa, o Conselho de Ministros exprimiu as suas sentidas condolências aos familiares das vítimas da queda da ponte sobre o rio Douro, tomando conhecimento da evolução das acções de resgate em curso e aprovando medidas legislativas que pretendem agilizar e desburocratizar a resolução da dramática situação que resultou no drama vivido em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva.

De entre as medidas aprovadas destaca-se uma proposta de lei que simplifica os mecanismos de adjudicação e de fiscalização prévia dos contratos relativos às obras de reparação, construção e reconstrução da rede viária, pontes, viadutos e aquedutos nacionais e municipais dos concelhos de Castelo de Paiva e de Penafiel. As condições climáticas especialmente adversas que têm ocorrido no presente Inverno provocaram danos graves num número significativo de infra-estruturas e equipamentos municipais, tendo contribuído decisivamente para a tragédia que resultou do colapso da ponte de Hintze Ribeiro que liga Entre-os-Rios a Castelo de Paiva, no passado dia 4 de Março. Esta situação faz com que os concelhos de Castelo de Paiva e de Penafiel enfrentem um momento de especial dificuldade, de que se destaca a questão da significativa degradação e destruição total ou parcial das infra-estruturas e equipamentos públicos, nomeadamente pontes, aquedutos e rede viária municipal. Justifica-se assim, no entender do Governo, criar um regime excepcional que desburocratize procedimentos e possibilite a realização, no mais curto espaço de tempo, das obras necessárias à reposição da operacionalidade dos equipamentos e infra-estruturas afectadas.

Preende-se, pois, dotar os municípios de Castelo de Paiva e de Penafiel, afectados pelo brutal acidente e pelas referidas condições climáticas desfavoráveis, de mecanismos que simplifiquem os procedimentos relativos à realização das obras necessárias à reparação, construção e reconstrução dos equipamentos e infra-estruturas municipais, total ou parcialmente danificados. Neste sentido, será feita a dispensa de visto prévio do Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização sucessiva e concomitante da respectiva despesa, os contratos a celebrar pelos municípios para a reparação, construção ou reconstrução de equipamentos e infra-estruturas municipais, total ou parcialmente afectados.

Estabeleceu-se que os empréstimos celebrados com vista à reparação de danos causados por estas intempéries não contem para os limites do endividamento das autarquias locais que a eles recorram. A equipa governativa chefiada pelo camarada António Guterres decidiu ainda criar um regime

excepcional para a execução, em regime de empreitada, das obras necessárias à construção, reparação e reconstrução de infra-estruturas e equipamentos públicos, quer da Administração Central, quer da Administração Local, destinadas a resolver problemas prementes de melhoria das acessibilidades no e para os concelhos de Castelo de Paiva e de Penafiel, designadamente em consequência das condições climáticas desfavoráveis ocorridas desde Novembro de 2000. Este diploma, que é complementar do anterior, vem agilizar de forma significativa a recuperação dos equipamentos danificados pelos intempéries no mais curto espaço de tempo.

A culpa não morreu solteira

Os ministros definiram igualmente o procedimento para a determinação e o pagamento das indemnizações aos herdeiros das vítimas da queda da ponte sobre o rio Douro.

Na sequência da trágica queda da ponte de que resultou um elevado número de vítimas, o Estado entendeu dever chamar a si a responsabilidade da indemnização dos respectivos familiares.

Para o efeito, foi elaborado um plano de acção que permitirá ao Estado facultar aos particulares atingidos um procedimento extrajudicial célere e alternativo, para que possam obter indemnização pelas perdas e danos, morais e materiais, verificados, assumindo o Estado o apuramento da responsabilidade civil e criminal eventualmente existente e o correspondente exercício de direito de regresso. Manifestaram disponibilidade de cooperar com o Governo nesse intuito, entre outras entidades, o provedor de Justiça e o bastonário da Ordem dos Advogados.

Em termos objectivos o diploma estipula:

- Assunção, em nome do Estado, da determinação e do pagamento das indemnizações aos herdeiros das vítimas da queda da ponte sobre o rio Douro, em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva, ao abrigo do disposto no artigo 22º da Constituição e sem prejuízo do apuramento de eventuais responsabilidades e do exercício do direito de regresso a que haja lugar, nos termos da lei;
- Aprovação de um plano de acção para viabilização de acordos extrajudiciais respeitantes à determinação e pagamento de indemnizações por perdas e danos, morais e materiais, aos herdeiros das vítimas, com natureza alternativa;
- Aceitação da disponibilidade manifestada pelo Provedor de Justiça para colaborar na reparação, solicitando-lhe a fixação dos critérios a utilizar no cálculo das indemnizações a pagar pelo Estado aos herdeiros das vítimas, de acordo com o princípio da equidade;
- Comprometimento à delegação da Ordem dos Advogados em Castelo de Paiva da responsabilidade de receber, informar e, caso lhe seja solicitado, instruir e apresentar os requerimentos de indemnização dos herdeiros das vítimas;
- Constituição de uma Comissão à qual competirá determinar, de acordo com os critérios fixados no n.º 3, o montante da

indemnização a pagar em cada caso concreto, a qual será constituída por um magistrado judicial designado pelo Conselho Superior da Magistratura, que presidirá, e por um representante do Provedor de Justiça, um representante da Ordem dos Advogados, um representante do Instituto de Seguros de Portugal e um representante do Governo;

- Disponibilização de apoio técnico – à delegação da Ordem dos Advogados em Castelo de Paiva e à Comissão – no exercício das competências que lhe são conferidas mediante este diploma, designadamente através dos serviços de Segurança Social na determinação das situações de carência económica.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 8 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que simplifica os mecanismos de adjudicação e de fiscalização prévia dos contratos relativos às obras de reparação, construção e reconstrução da rede viária, pontes, viadutos e aquedutos nacionais e municipais dos concelhos de Castelo de Paiva e de Penafiel e exclui dos limites do endividamento municipal os empréstimos a celebrar ao abrigo da linha de crédito bonificado para a realização das respectivas obras;
- Um decreto-lei que cria um regime excepcional para a execução, em regime de empreitada, das obras necessárias à construção, reparação e reconstrução de infra-estruturas e equipamentos públicos, quer da Administração Central, quer da Administração Local, destinadas a resolver problemas prementes de melhoria das acessibilidades no e para os concelhos de Castelo de Paiva e de Penafiel, designadamente em consequência das condições climáticas desfavoráveis ocorridas desde Novembro de 2000;
- Uma resolução que estabelece o procedimento para a determinação e o pagamento das indemnizações aos herdeiros das vítimas da queda da ponte sobre o rio Douro, em Entre-os-Rios e Castelo de Paiva;
- Apreciar o processo de elaboração do II Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (2001-2006) que ficará na directa dependência do Ministro da Presidência, em estreita articulação com o Ministro do Trabalho e da Solidariedade, e envolvendo os departamentos do Governo e da Administração relevantes para a concretização da igualdade entre mulheres e homens;
- Um decreto-lei que estabelece a obrigatoriedade de dupla indicação de preços em euros e em escudos;
- Um decreto-lei que regulamenta, em sede monetária, o período de dupla circulação fiduciária a decorrer entre 1 de Janeiro de 2002 e 28 de Fevereiro de 2002;
- Um decreto-lei que altera a lei orgânica do Banco de Portugal;
- Um decreto-lei que aprova a regulamentação da base de dados da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;
- Um decreto-lei que aprova as bases da concessão intermunicipal do serviço público de gestão urbana de uma área compreendida nos limites da Zona de Intervenção da Expo'98;
- Um decreto-lei que estabelece as normas de execução do orçamento da segurança social para 2001;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Inspeção-Geral da Administração Pública (IGAP);
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à responsabilidade decorrente de produtos defeituosos;
- Um decreto regulamentar que reestrutura as carreiras de inspecção da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão, estabelecendo regras sobre o regime geral e estruturação de carreiras da Administração Pública;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e a República de Cuba para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria do imposto sobre o rendimento e respectivo protocolo, assinada em Havana, em 30 de Outubro de 2000;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Setúbal;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano Director Municipal de Ourique;
- Uma resolução que ratifica a suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Felgueiras/Sobrado, no município de Castelo de Paiva, e o estabelecimento de normas provisórias para a mesma área, ampliada;
- Uma resolução que procede à exoneração de José Realinho de Matos do cargo do vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) e define o seu estatuto remuneratório enquanto gestor e coordenador, respectivamente, do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) e da Medida Desconcentrada, com a mesma designação, de Lisboa e Vale do Tejo;
- Uma resolução que ratifica a suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Faro e de Loulé, pelo prazo de um ano, na área delimitada na planta anexa e as medidas preventivas estabelecidas para a mesma área.

BRUXELAS

Comissão Europeia apoia

CRIAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÃO MUNDIAL SOBRE BIODIVERSIDADE

A Comissão Europeia apoia a criação do Centro de Informação Mundial sobre a Biodiversidade (CIMB), cujo objectivo é facilitar o acesso a dados sobre fauna e flora mundial aos investigadores e público em geral.

Segundo a Comissão, trata-se de um projecto ambicioso que deverá «fomentar a protecção, a gestão e a utilização sustentável de recursos biológicos mundiais e oferecer livre acesso a um amplo banco de dados».

O comissário europeu para a Investigação, Philippe Busquin, reconheceu que o CIMB «não resolverá o problema das espécies ameaçadas mas vai permitir o livre acesso às informações disponíveis através da digitalização das bases de dados».

O CIMB foi criado em Dezembro de 2000 em Copenhaga (Dinamarca) por 32 países, numa iniciativa do Fórum da Megaciência



da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE). O centro poderá começar a funcionar em Outubro, uma vez decidida a localização da sua sede, entre os quatro países que apresentaram candidaturas: Espanha,

Dinamarca, Holanda e Austrália. Existem actualmente 10 milhões de espécies na Terra mas só se conhecem dados de aproximadamente 1,75 milhões, 75 por cento dos quais se encontram nos países desenvolvidos.

Um investigador da Universidade de Amsterdão, Wouter Los, assegurou que, como consequência de séculos de colonialismo, «a Europa possui a maior parte da informação sobre biodiversidade». Segundo a Comissão Europeia, o problema é que o acesso a esta massa de dados está «mal organizado, sobretudo para os cientistas originários dos países menos desenvolvidos», sendo o objectivo do CIMB eliminar estes obstáculos.

Serão os centros e museus de ciências naturais que vão decidir que dados querem dar a conhecer ao público e quais aqueles que querem conservar em exclusivo.

Actualmente, a Europa tem cerca de 40

centros a trabalhar na área da biodiversidade com 250 cientistas e mais de 1200 peritos.

A Comissão Europeia acredita que o CIMB vai ser «uma ferramenta importante» para a educação e investigação científica nas áreas da biologia, agricultura e biomedicina.

Até agora, são membros de pleno direito do CIMB a Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Equador, Espanha, Estados Unidos, Japão, Holanda, Eslovénia e Suécia.

A Comissão Europeia, a Suíça, Taiwan e a Ucrânia são considerados membros associados mas não têm direito de voto já que não apoiam financeiramente o projecto.

O executivo comunitário anunciou hoje que está disposto a co-financiar a criação de uma rede europeia de informação sobre a diversidade.

COMUNIDADES

Suíça

CANÇÕES E POESIA PARA O SECRETÁRIO DE ESTADO

Foi com canções e poesia que as crianças portuguesas do jardim-de-infância de Frauenfeld receberam o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, João Rui de Almeida, no último dia de visita à comunidade portuguesa na Suíça.

Cerca de vinte crianças do jardim de infância português de Frauenfeld cantaram e recitaram no dia 10 pequenas poesias perante o olhar atento da educadora, embevecido dos pais e enternecido de João Rui de Almeida e comitiva.

Esta visita acontece quando o único jardim-de-infância português na Suíça

corre o risco de fechar por dificuldades no financiamento.

«Não devo prometer nada», afirmou o secretário de Estado diante das crianças, responsáveis e mais de cinquenta pais presentes, ao referir-se às dificuldades financeiras, «mas contactem a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades (DGACC) que apreciará o vosso projecto e segundo as possibilidades será apoiado».

«Conheço este jardim-de-infância pelo papel desde a sua criação», afirmou a subdirectora dos Assuntos Consulares e Comunidades, Mafalda Durão Ferreira, que acompanhou o secretário de Estado

durante a visita.

«Durante vários anos a DGACC apoiou este jardim-de-infância com uma verba anual de cerca de 700 contos», disse.

Uma verba que, segundo Mafalda Durão Ferreira, aquele jardim-de-infância não terá recebido nos últimos dois anos dado que recebeu um subsídio do Ministério da Educação.

O jardim-de-infância de Frauenfeld é financiado principalmente pelas mensalidades dos pais das crianças, um apoio simbólico das autoridades do cantão e da comuna e os apoios pontuais do Estado português.

A nota de esperança foi também dada

pelo cônsul de Portugal em Zurique, Joaquim de Almeida, «a lei do ensino particular e cooperativo no estrangeiro já foi aprovada e agora só falta a sua regulamentação que determinará em que termos um apoio poderá ser dado».

O jardim-de-infância, criado em 1987, funciona em instalações amplas e equipadas, no mesmo edifício da Associação Cultural e Recreativa Portuguesa de Frauenfeld.

A instituição trabalha com 38 crianças entre os três meses e os oito anos e oferece serviços de creche, jardim infantil e ocupação dos tempos livres para os que já frequentam a escola suíça.

SUÉCIA

Conselho Europeu informal

EM ESTUDO MEDIDAS CONCRETAS PARA ELIMINAR DISCRIMINAÇÕES ENTRE SEXOS

Na sequência do Conselho Europeu informal que reuniu em Norrköping (Suécia) os ministros europeus da igualdade de oportunidades e da segurança social, estão a ser objecto de estudo medidas concretas para eliminar as discriminações entre homens e mulheres na Europa, que

poderão passar pela criação de um «instituto de igualdade de oportunidades». Esta proposta está contida nas conclusões daquela reunião informal, que teve como finalidade a discussão a nível ministerial sobre a forma como poderão ser postos em prática os objectivos fixados na Cimeira de Lisboa – a criação de uma economia mais

competitiva e o pleno emprego, tendo em conta a importância do papel da igualdade de oportunidades no actual processo de cooperação para a modernização dos regimes de protecção social.

As conclusões desta reunião, que serão abordadas na Cimeira de Estocolmo em Março, apontam assim no sentido de que

este instituto terá como funções, entre outras, melhorar as estatísticas referentes aos salários entre homens e mulheres, a fim de avaliar a situação em matéria de remuneração ao nível europeu e de cada nacionalidade e elaborar os indicadores que permitam avaliar a evolução da igualdade de oportunidades na Europa.

PINA MOURA RECUSA FALTA DE AMBIÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL

O ministro das Finanças afirmou no dia 12 que discorda das acusações de falta de ambição na consolidação orçamental feitas pela Comissão Europeia, embora partilhe algumas preocupações da instituição.

«Não estamos de acordo que o nosso programa de consolidação seja pouco ambicioso», defendeu Joaquim Pina Moura, à entrada da reunião dos ministros das Finanças dos Quinze.

O responsável governamental explicou que, bem «pelo contrário», tendo em conta a previsão de um crescimento menor para os próximos três anos, o caminho que levará a um saldo orçamental equilibrado em 2004 é, segundo Pina Moura, «mais ambicioso que há um ano».

O ministro das Finanças já fez, domingo à noite, uma apresentação «rápida e concreta» do Programa de Estabilidade e Crescimento português (2001-2004) na reunião do Eurogrupo (países da Zona Euro), embora o «parecer» dos Quinze sobre o mesmo só fosse aprovado no dia 12.

«Ninguém me bateu», ironizou Pina Moura, desvalorizando as críticas feitas pela Comissão Europeia quando apresentou, em 28 de Fevereiro, a proposta de parecer.



«Exprimi a nossa visão de que há partes substanciais da análise da Comissão que partilhamos, tanto em termos das preocupações como em termos das

viragens que são necessárias», sublinhou o ministro.

Pina Moura teve ainda «oportunidade de discutir e informar» os seus homólogos

«de um conjunto de decisões em matéria de consolidação das finanças públicas» que está a preparar em Portugal e que prometeu divulgar após a reunião dos ministros das Finanças dos Quinze.

O Programa de Estabilidade e Crescimento português aponta para uma taxa média de crescimento do produto de 3,25 por cento ao ano, ao longo do período 2001-2004, o qual a Comissão Europeia considera viável.

O programa prevê, também, uma melhoria do saldo do sector público administrativo, passando de um défice de 1,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000 para uma situação de equilíbrio em 2004. A Comissão conclui, na sua proposta de parecer, que os objectivos orçamentais de médio prazo do Programa Actualizado são «globalmente compatíveis com o Pacto de Estabilidade e Crescimento».

Não obstante, uma vez que se prevê que o saldo orçamental apenas venha a atingir a situação mínima exigida em 2002, «seria desejável, no intuito de aumentar a margem de segurança necessária, uma redução mais rápida do défice».

Os ministros das Finanças vão, ainda, aprovar pareceres para os programas de Estabilidade da Espanha, Bélgica e Luxemburgo.

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS PORTUGUESES SOLIDÁRIOS COM FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS

A delegação dos eurodeputados socialistas portugueses no Parlamento Europeu, num comunicado do dia 5, «lamenta profundamente o trágico acidente que ocorreu em Castelo de Paiva e Entre-os-Rios» e «expressa as mais sentidas condolências e solidariedade às famílias das vítimas».

Para os eurodeputados socialistas, «o momento é de exigência do apuramento rápido das responsabilidades aos diferentes níveis (técnicos e políticos), sem que haja lugar a quaisquer aproveitamentos políticos». No comunicado, a delegação «expressa a sua solidariedade e admiração pela atitude exemplar de dignidade política do ministro Jorge Coelho».

Libertação imediata dos portugueses em Cabinda

Os eurodeputados socialistas portugueses vão apresentar na próxima sessão plenária do PE, em Estrasburgo,

uma proposta de resolução sobre o rapto de três cidadãos portugueses no enclave de Cabinda, em Angola.

Nesta resolução, da iniciativa dos eurodeputados Mário Soares, António José Seguro e Maria Carrilho, condena-se a tomada de reféns como «instrumento de acção política» por parte da FLEC e apela-se a esta organização para que liberte incondicionalmente e sem demora os cidadãos portugueses, cujo «cativeiro se prolonga há já nove meses, com graves consequências para o seu estado de saúde física e mental».

Apoio aos países em vias de desenvolvimento

«O notável peso da acção europeia no apoio aos países em vias de desenvolvimento» foi realçado pela eurodeputada socialista Maria Carrilho, no plenário de Bruxelas do PE.

Intervindo durante o debate de um relatório sobre a política de

desenvolvimento, objecto, recorde-se, de um parecer seu, a camarada Maria Carrilho chamou à atenção para a necessidade de essa dimensão da acção externa da UE ser mais valorizada, uma vez que a UE é, actualmente, o maior dador mundial de ajudas aos países em vias de desenvolvimento.

Para a eurodeputada socialista, este aspecto é importante, «tanto pelo que implica no plano financeiro em termos de compromissos e expectativas criadas, como pela responsabilidade que envolve quanto à influência política nos processos de desenvolvimento dos países em causa».

Reestruturações e fusões na indústria da UE

A eurodeputada socialista Elisa Damião está preocupada com algumas das recentes fusões e reestruturações no sector da indústria europeia.

Numa intervenção no plenário de

Estrasburgo do PE, a camarada Elisa Damião salientou «não se saber ainda quanto e como contribuem as reestruturações industriais para o aumento da despesa social e para a crescente dependência dos sistemas de protecção social na UE».

Elisa Damião quer por isso saber quem paga de facto as reestruturações: «O mercado, ou os trabalhadores e os contribuintes?»

É que, segundo referiu, as consequências sociais das reestruturações mais traumáticas da UE, ditadas por comportamentos de mercado concentracionais e agressivos e pelo desajustamento tecnológico e tendências de mercado, nunca são medidas.

Ficam assim por esclarecer, adiantou, alguns aspectos como, por exemplo, a forma e medida em que contribuíram para o empobrecimento de pessoas e regiões, a sua contribuição para o desemprego de longa duração dos cidadãos com mais de 40 anos.

J. C. CASTELO BRANCO

SETÚBAL

Protecção Civil afirma

CO-INCINERAÇÃO NÃO REPRESENTA QUALQUER PERIGO PARA A SAÚDE

A co-incineração é um dos métodos mais seguros, usado aliás na maioria dos países europeus; os estudos efectuados por comissões científicas independentes confirmam-no.

Só uma postura bairrista e localista pode ser contrária a um processo seguro e sem qualquer perigo, e que pretende acabar com as lixeiras a céu aberto terceiro-mundistas.

Agora foi a vez do delegado distrital da Protecção Civil em Setúbal, Silvério Ferreira, vir afirmar que a co-incineração de resíduos industriais não representa qualquer perigo porque não vão ser queimados produtos com grande concentração de dioxinas.

Silvério Ferreira falava num encontro sobre Protecção Civil, promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal no âmbito do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES).

«A EDP já não utiliza os transformadores



de alta e média tensão com óleos vegetais, que eram os principais produtores de dioxinas», defendeu Silvério Ferreira.

Adiantou que os transformadores já foram desmantelados e enviados para Espanha e França, onde serão destruídos. «Por outro lado, os produtos que vão ser

objecto do processo de co-incineração não representam qualquer perigo porque têm uma concentração mínima de dioxinas», defendeu Silvério Ferreira, que referiu o exemplo de países desenvolvidos como o Japão, «que tem mais de 400 incineradoras, sem ruídos, sem fumos e sem cheiros».

A afirmação do delgado distrital da Protecção Civil – que respondia a uma pergunta do Presidente da Lasa (Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão), Maurício Costa –, surpreendeu os participantes no encontro, onde se encontravam alguns contestatários da co-incineração de resíduos industriais perigosos na cimenteira do Outão, na serra da Arrábida.

Silvério Ferreira esclareceu que a sua posição resultava do conhecimento adquirido sobre a incineração de resíduos industriais perigosos em países estrangeiros como o Japão e que não deveria ser objecto de qualquer leitura política.

«Não sou político, sou oficial da Marinha», concluiu Silvério.

AGRICULTURA

Redes de rega

O MAIS AMBICIOSO PLANO DE REGADIOS ESTÁ EM MARCHA

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas reiterou, no dia 8, em Montemor-o-Novo, que o Governo tem em execução «o mais ambicioso plano de regadios que alguma vez existiu em Portugal».

Capoulas Santos falava aos jornalistas após a apresentação do projecto de execução das redes de rega, viária e de drenagem do aproveitamento hidroagrícola dos Minutos, uma cerimónia realizada junto aos estaleiros da obra, na freguesia de S. Sofia.

Salientando o «esforço» que está a ser desenvolvido pelo Executivo, o ministro explicou que o plano nacional de regadios permitirá até ao final do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) irrigar cerca de 72500 hectares, 26 mil dos quais na zona de influência do empreendimento de Alqueva.

«O ritmo de execução anual é dez vezes superior àquele que ocorria entre 1991 e 1995», referiu Capoulas Santos, que justificou a aposta do Governo afirmando que «não há agricultura competitiva sem água e regadio», sobretudo num país como



Portugal, caracterizado por uma grande irregularidade climática.

A apresentação do projecto das redes de rega, viária e de drenagem do

empreendimento dos Minutos, em que também participou o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, coincidiu com o lançamento do concurso

público internacional para a execução da obra, com uma base de licitação de 3,248 milhões de contos, mais IVA.

Trata-se de uma obra, antiga reivindicação da população local, que irá permitir 1500 hectares de novos regadios na zona de Montemor-o-Novo.

Capoulas Santos esclareceu ainda que, embora se trate de uma barragem construída para fins agrícolas, o empreendimento poderá funcionar, «sempre que necessário», como reforço de abastecimento público de água a Montemor-o-Novo.

O projecto apresentado quinta-feira prevê rega sobre pressão, a pedido, com água disponível 24 horas por dia, a beneficiação de 22 quilómetros de caminhos existentes e, quanto à rede de drenagem, a correcção das linhas de água já existentes numa extensão de 15 quilómetros.

As obras da Barragem dos Minutos, adjudicadas por 2,8 milhões de contos, arrancaram em Janeiro do ano passado e deverão terminar dentro de um ano.

O começo das obras da rede de rega está previsto para o final deste ano e a conclusão para Novembro de 2003.

DIREITOS NO FEMININO

Os direitos das mulheres e a sua actual situação social e laboral foram o principal tema das diversas iniciativas promovidas pelas mais variadas entidades para comemorar o Dia Internacional da Mulher, 8 de Março.

A UGT distribuiu um documento sobre a protecção da maternidade e paternidade e deverá aprovar uma moção, na reunião do Secretariado Nacional, sobre a igualdade de oportunidades.

O Dia da Mulher também foi comemorado pelas reclusas, e reclusos, de Tires, de Odemira, Silves, Castelo Branco, Leiria, Vila Real e Guarda, que puderam assistir a espectáculos de teatro musical, dança e poesia.

O Conselho de Ministros deverá aprovar, quinta-feira, o II Plano para a Igualdade de Oportunidades Mulheres e Homens (2001-2006), enquanto na livraria da Assembleia da República eram lançados livros editados pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM).

O Executivo socialista debruçou-se sobre o processo de elaboração do plano que ficará na directa dependência do ministro da Presidência, em estreita articulação com o ministro do Trabalho e da Solidariedade, e envolvendo os departamentos do Governo e da Administração relevantes para a concretização da igualdade entre mulheres e homens.

A coordenação dos trabalhos de



preparação deste II Plano fica a cargo da CIDM, em colaboração com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e com representantes (Auditores para a Igualdade) das diversas áreas sectoriais em que o plano tem incidência. O plano, a elaborar no prazo máximo de seis meses, deverá reflectir uma política de desenvolvimento integrado orientada para a construção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, que se traduza nos contributos e compromissos dos vários ministérios envolvidos.

São áreas de intervenção prioritárias a

educação; cultura; conciliação entre a vida pessoal, cívica, profissional e familiar; poder e tomada de decisão; vida económica e emprego; saúde; combate à violência; políticas fiscais e de protecção social; condições de vida e ambiente; pobreza e exclusão social; cooperação e meios de comunicação social; prevendo-se um mecanismo de acompanhamento da sua execução.

Recorde-se que, segundo dados divulgados a propósito do Dia da Mulher pelo Instituto Nacional de Estatística, as mulheres portuguesas continuam a auferir salários mais baixos que os homens e a

ser mais afectadas pelo desemprego e pela pobreza, constituindo ainda mais de metade da população portuguesa.

No Dia Internacional da Mulher, o Conselho da Europa apelou aos governos para fazerem um esforço real e tomarem medidas anti-sexistas concretas destinadas a efectivar uma verdadeira igualdade entre mulheres e homens.

«Se, na Europa, os direitos das mulheres são reconhecidos nos textos, a realidade fica muito aquém», declarou Hans-Christian Kruger, secretário-geral adjunto do Conselho da Europa.

«Em numerosos casos, a realidade da vida quotidiana das mulheres fica muito longe do espírito da lei», prosseguiu.

Kruger acentuou ainda que uma mulher que queira fazer uma carreira profissional tem de trabalhar duas vezes mais que um homem para ser promovida, obrigando-as a desdobrarem-se entre a carreira e a vida familiar.

Adiantou ainda que este desequilíbrio reflecte-se na própria composição dos governos, não havendo um único com número igual de homens e mulheres.

O secretário-geral adjunto pediu ainda aos governos para respeitarem as disposições da Carta Social Europeia, como base para a igualdade no local de trabalho e fora dele, e convida-os a ratificarem o protocolo n.º 12 da convenção europeia dos direitos humanos, que reconhece a competência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em matéria de discriminação.

URGENTE REFLECTIR SOBRE FUTURO DA ÉTICA E DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, defendeu, no dia 10, em Évora, a necessidade de uma reflexão em torno da evolução da situação actual na Comunicação Social em Portugal.

«A luta pelas audiências e pelas tiragens levou a uma ultrapassagem, em algumas situações grave, de ética jornalística», considerou Arons de Carvalho.

O governante falava na sessão de abertura VIII Congresso Nacional de Radiodifusão, que decorreu na Universidade de Évora, e que começou por observar um minuto de silêncio e a aprovação de uma moção em solidariedade para com os familiares das vítimas da tragédia da ponte de Entre-os-Rios.

«Importa reflectir atentamente em relação

à evolução da situação actual na Comunicação Social», afirmou o secretário de Estado, ressaltando, contudo, que o sector da radiodifusão, incluindo as estações de âmbito nacional, se tem «mantido fiel aos valores que estão contidos no Código Deontológico dos Jornalistas».

Nesta matéria, Arons de Carvalho considerou que «o papel fundamental do Estado é incentivar a auto-regulação».

«Em Portugal, há mecanismos de auto-regulação e de regulação suficientes para que não seja necessária uma intervenção do Estado», sublinhou.

O secretário de Estado aproveitou também para enaltecer a recente iniciativa da Rádio Renascença relativa à cobertura jornalística de casos de sequestro e considerou que os jornalistas e a Alta Autoridade para a Comunicação

Social terão também uma palavra a dizer. Perante os representantes do sector da radiodifusão, em particular das rádios locais, Arons de Carvalho chamou a atenção para dois novos incentivos que vão entrar brevemente em vigor. Trata-se do incentivo à inovação e desenvolvimento empresarial e incentivo aos conteúdos *on-line*, que se destinam a modernizar as empresas e a permitir que, quer as rádios, quer os jornais, possam ter conteúdos na Internet.

Arons de Carvalho disse que a comparticipação do Estado «é muito elevada», atingindo, no caso da Internet, os 75 por cento.

Reiterando uma opinião «muito favorável do desempenho e do papel das rádios locais», classificando-as como «rádios de proximidade», o governante lembrou os apoios disponibilizados pelo actual

Governo para o sector, incluindo um serviço da Agência Lusa.

Antecipando um dos temas do congresso, sobre a definição da radiodifusão como de interesse público ou uma actividade económica, Arons de Carvalho esclareceu a sua opinião, afirmando que o sector «é as duas coisas».

Considerou que o sector da radiodifusão «é uma actividade comercial, mas que deve ser reconhecida como de interesse público».

«As rádios são privadas e empresas e como tal tem uma actividade comercial, mas desempenham uma função de interesse público, que obriga o Estado a não assistir indiferente às suas situações de maior ou menor saúde financeira e económica», disse, acrescentando que «importa que o Estado não vire costas a essas estações e as apoie».



Albufeira

Câmara apoia Orquestra Regional do Algarve

A Câmara Municipal de Albufeira é uma das primeiras autarquias da região algarvia a envolver-se na criação da tão desejada Orquestra do Algarve.



Nesse sentido, o município de Albufeira deliberou atribuir uma verba anual de 7500 contos.

Albufeira integra-se desta forma no núcleo pioneiro de autarquias responsável pelo arranque desta Orquestra.

Segundo o projecto apresentado pelo maestro Álvaro Cassuto, serão necessários 150 mil contos por ano para a manutenção da Orquestra Regional do Algarve.

Festival Internacional de Cinema (FICA)

A organização do Festival Internacional de Cinema do Algarve (FICA) volta a contar com o apoio da Câmara de Albufeira para a realização de mais um certame.

O valor disponibilizado por esta autarquia para o evento de 2001 é de 700 contos. A 29ª edição do FICA decorre em Albufeira de 22 a 25 de Maio.

Reconstrução da Casa do Ermitão

Atenta ao património local, o Executivo da Câmara de Albufeira vai contribuir com mais de seis mil contos para a reconstrução da Casa do Ermitão, junto à Capela da Orada.

Amarante

Inauguração do Complexo Desportivo da Costa Grande

Com a presença do ministro do Desporto, José Lello, vai ser inaugurado no próximo dia 17 o Complexo Desportivo da Costa Grande, que registará animação desportiva com múltiplas modalidades ao longo do dia.

Com uma localização privilegiada no contexto do perímetro urbano da cidade de Amarante, aquele complexo está implantado numa área de 14 mil metros quadrados, confinando com o rio Tâmega

ao longo da sua margem esquerda e com a EN 312 e dista menos de um quilómetro do centro da cidade.



Coimbra

Câmara aprova monumento do 25 de Abril

A Câmara de Coimbra aprovou uma proposta para a construção de um monumento evocativo do 25 de Abril, com a abstenção de um dos quatro vereadores do PSD.



Os restantes membros do Executivo, seis do PS e um da CDU, votaram a favor da proposta da escultora Ana Rosmaninho.

O monumento, à base de aço inox polido e bronze, será implantado na Rua Antero de Quental, junto ao edifício onde funcionou a polícia política PIDE até ao derrube do regime fascista, em 25 de Abril de 1974.

A camarada Teresa Portugal, vereadora da Cultura, disse que Ana Rosmaninho compromete-se a concluir o seu trabalho a tempo de inaugurar o conjunto escultórico no dia 25 de Abril, no âmbito das comemorações locais da Revolução dos Cravos.

A obra (escultura e arranjos exteriores) custará cerca de 33 mil contos e deverá ser entregue à autarquia no dia 23 de Abril.

Um grupo de municípios entregou ao presidente da Câmara, Manuel Machado, no período aberto ao público, um documento subscrito por cerca de 5000 residentes e automobilistas que protestam contra os estrangulamentos no acesso a Coimbra através da estrada da Beira (EN 17).

Um membro do Movimento de Utentes da Estrada da Beira (MUEB), Álvaro Luís Santos, disse a Manuel Machado que as assinaturas foram recolhidas na zona de Ceira (Coimbra), Miranda do Corvo e Lousã.

Manuel Machado manifestou o empenho do executivo com vista a encontrar soluções, mas confessou que é um período difícil para encaminhar o processo, na sequência da demissão do ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho.

Acrescentou que o Instituto de Estradas de Portugal é a entidade responsável, em primeiro lugar, pelo estado da EN 17 e lamentou que «várias intervenções avulsas» de que foi alvo a via rodoviária nos últimos anos não tenham, «todas somadas», garantido um melhor itinerário.

Manuel Machado comunicou que a demissão de Jorge Coelho implicou, igualmente, o cancelamento de uma reunião sobre a situação do ramal ferroviário da Lousã, convocada pelo próprio ministro e em que deveriam participar a administração da Metro Mondego, representantes da CP, REFER e Metro de Lisboa, além de autarcas da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra.

Fafe

Autarquia adere à Associação das Terras Camilianas

O município de Fafe aprovou os estatutos e aderiu à Associação das Terras Camilianas, que terá a sua sede em Vila Nova de Famalicão.



Trata-se de uma instituição cultural sem fins lucrativos, que está em formação, constituída pelas câmaras municipais que, de alguma forma, estão ligadas à vida e obra de Camilo Castelo Branco e ainda por pessoas ou instituições que possuam património camiliano.

Vida e obra de Camilo Castelo Branco

A Associação propõe-se desenvolver actividades no âmbito da conservação e preservação do património camiliano, promover e apoiar iniciativas visando o melhor conhecimento e divulgação da vida e obra de Camilo Castelo Branco, entre outras finalidades.

Loulé

Inauguração do lar de idosos de Querença

O lar de idosos da Associação de Bem-

Estar dos Amigos de Querença foi inaugurado, numa cerimónia que contou com a presença do secretário de Estado Rui Cunha.

Esta obra teve um custo total de 70 mil contos, comparticipados em cerca de 35 por cento pela Câmara Municipal de Loulé e em 65 por cento pelo Centro Regional de Segurança Social do Algarve.

O novo equipamento é composto por um espaço amplo, com capacidade para 21 camas, distribuídas em quartos individuais e duplos, todos eles com casa de banho, e equipados com telefone ligado à recepção.



De salientar que a vista panorâmica para a serra constitui um dos atractivos deste espaço.

Ovar

Mais fogos no Conjunto Habitacional do Matadouro

A aposta na habitação é uma das prioridades da Câmara de Ovar.

Neste contexto, o Executivo camarário deliberou aprovar o projecto de construção de 20 fogos do Conjunto Habitacional do Matadouro, recuperando e qualificando aquela área da cidade e reforçando o parque habitacional do município ao dispor dos mais carenciados. Esta grande obra vai ser lançada a concurso.



Por outro lado, o Executivo municipal aprovou por unanimidade a delegação de competências com a respectiva transferência de meios financeiros para as juntas de freguesia de Cortegaça, Maceda e São João de Ovar efectuarem a manutenção e conservação de jardins e espaços verdes.

CARTA DO PRESIDENTE DA COC

O presidente da COC, camarada Fausto Correia, enviou no dia 13 uma missiva sobre o adiamento do XII Congresso Nacional do PS aos membros do membros da Comissão Nacional, presidentes das Federações, presidentes das Comissões Políticas Concelhias, e das Secções de Residência e de Acção Sectorial do PS, que o «Acção Socialista» publica na íntegra.

A tragédia de Entre-os-Rios e as dificuldades surgidas para resgatar as vítimas criaram um ambiente de luto e pesar nacional que condicionou fortemente as iniciativas de preparação do XII Congresso Nacional previsto para os dias 30 e 31 de Março e 1 de Abril, em especial o debate das moções globais antes da eleição dos Delegados e do Secretário-Geral.

Neste contexto, tendo presente que a eleição dos Delegados, a eleição do Secretário-Geral, e a realização do Congresso Nacional são momentos de trabalho, de mobilização e de festa da família socialista; ouvidos o Secretário-Geral, o Presidente do Partido e os proponentes das moções políticas de orientação global, a Comissão Organizadora do XII Congresso Nacional deliberou adiar a eleição dos Delegados e do Secretário-Geral e agendar o Congresso Nacional para os dias 4, 5 e 6 de Maio de 2001, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, de acordo com o seguinte calendário:

Até 10, 11 e 12 Abril – Envio das convocatórias aos militantes.
16, 17 e 18 de Abril – Entrega das listas de candidatos a delegados.
20, 21 e 22 de Abril – Eleição dos Delegados e do secretário-Geral.
28 de Abril – Eventual repetição de actos eleitorais.
Até 24 de Abril – Entrega das moções sectoriais, subscritas por 20 delegados.
Até 4 Maio – Publicação da lista completa de delegados ao Congresso.
4, 5 e 6 de Maio - XII CONGRESSO NACIONAL.

De igual modo, a COC, observando o princípio de consolidação do processo eleitoral, em especial das regras de

participação divulgadas, deliberou:
1- considerar que a capacidade eleitoral activa e passiva fixadas, respectivamente, a 12 de Setembro de 2000 e a 12 de Setembro de 1999, continuem a ser referência para efeitos dos cadernos eleitorais;
2- endereçar oportunamente a todas as secções uma actualização dos documentos do processo eleitoral, mantendo-se firmes os cadernos eleitorais já enviados, devendo ser expedidas, pelas secções, novas convocatórias para os respectivos militantes;
3- entender como válidas as listas de candidatos a delegados que tenham sido entregues nos prazos anteriormente estabelecidos, na perspectiva da realização de eleições nos dias 16, 17 e 18 de Março,

agora adiadas, sem prejuízo dos novos prazos agora estabelecidos que viabilizam a apresentação de novas listas.

Na expectativa de poder contar com a vossa compreensão para o enquadramento político e para os motivos que conduziram à presente deliberação da COC, formulamos votos para que fiquem criadas as condições externas e internas viabilizadoras de um amplo debate em torno das três moções globais apresentadas:
Moção A – «Socialismo em Democracia» – António Brotas;
Moção B – «Portugal Primeiro» – Henrique Neto; e
Moção C – «PS – Uma Aposta de Futuro» – António Guterres.

NOVO CALENDÁRIO ELEITORAL XII Congresso Nacional do PS – 4, 5 e 6 de Maio de 2001

Envio das convocatórias da assembleia geral eleitoral	Até 10, 11 e 12 Abril (Até 10 dias antes da data da eleição)
Apresentação das listas de candidatos a Delegados	16, 17 e 18 Abril (Até 4 dias antes da data da eleição)
Exposição das listas de candidatos apresentados, na Secção	(Após entrega na Secção)
Realização da assembleia geral eleitoral	20, 21 e 22 Abril (15 dias antes da data do Congresso)
Recurso das deliberações da assembleia geral eleitoral para a COC	(48 horas após assembleia)
Repetição de assembleias gerais eleitorais na sequência dos recursos	28 Abril (Até 6 dias antes do Congresso Nacional)
Data limite entrega de Moções Sectoriais à COC subscritas por Delegados	24 de Abril (Até 10 dias antes)
Apresentação das candidaturas a Presidente do Partido	29 Abril (Até 5 dias antes do Congresso)
Publicação da lista completa dos Delegados ao Congresso (Acção Socialista anterior ao Congresso)	4 Maio (Até ao início do Congresso)
Realização do CONGRESSO NACIONAL	4, 5 e 6 de Maio de 2001

AJUDA

«Clube do Debate»

Chama-se «Clube do Debate» a iniciativa que a Secção do PS/Ajuda tem vindo a implementar, nas suas instalações, com regularidade, e que consiste em sessões de esclarecimento e debate com diversos dirigentes do PS sobre temas da actualidade política, social, económica e laboral.

No dia 13, o camarada Francisco Assis, líder da bancada do PS na AR, foi o convidado do «Clube do Debate».

BENELUX

Moção sectorial

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux, reunida em Bruxelas, decidiu que marcará presença no Congresso do Partido Socialista com uma moção de acção sectorial sobre as políticas para as comunidades portuguesas. Para além das propostas dos membros do Secretariado e da Comissão Política, foi feito um apelo para que todos os militantes da Federação dêem o seu contributo para a redacção da moção, que abordará os aspectos relevantes das políticas para as comunidades. No seguimento da moção vencedora no último Congresso da Federação do PS/Benelux, foi decidido realizar no Luxemburgo, na primeira quinzena de Maio, um colóquio sobre a discriminação, que abordará esta temática relativamente às relações dos portugueses com a administração dos países de acolhimento, no ensino, a nível social e noutros domínios. Neste contexto, ganha particular relevo a discriminação de que são alvo os clubes de origem portuguesa que há vários anos querem aderir à Federação Luxemburguesa de Futebol sem o conseguirem, não obstante preencherem os requisitos exigidos. Foi também anunciado que estão já criadas as condições para a formação de uma estrutura da JS na área da Federação, porquanto existe já um núcleo na Bélgica e outro na Holanda,

faltando apenas a aprovação pela direcção nacional da JS. Este trabalho tem sido desenvolvido pelos jovens Olga Bataglia (Amsterdão), Paulo Almeida (Haia) e Tomé de Sousa (Bruxelas). Está previsto para Abril uma ida ao Benelux da secretária-geral da JS, Jamila Madeira, para formar a comissão administrativa que procederá à eleição dos órgãos da JS/Benelux. Por outro lado, estão igualmente criadas as condições para constituir o Departamento Federativo das Mulheres do Benelux, prevendo-se que a eleição da presidente se realize nas secções da Federação em simultâneo com a eleição para os delegados ao Congresso Nacional do Partido Socialista. A camarada Teresa Himans, de Amsterdão, tem sido a impulsionadora daquela estrutura.

Vitória esmagadora de Sampaio na emigração

A Comissão Política fez também uma análise dos resultados das eleições presidenciais, tendo-se congratulado com a vitória esmagadora de Jorge Sampaio nos círculos da emigração e em Portugal.

No entanto, manifestou-se preocupação pela elevada abstenção e criticou-se a falta de informação para um acto eleitoral em que pela primeira vez participaram as comunidades portuguesas e em que se exerceu pela primeira vez o voto presencial.

LISBOA

Actividades da Concelhia

No âmbito de um vasto conjunto de actividades que têm vindo a ser promovidas pela Comissão Política Concelhia de Lisboa, realizou-se no dia 13, na Secção de Almirante Reis, um debate subordinado ao tema «Política educativa e política para o ensino secundário», que contou com a presença do camarada Augusto Santos Silva, ministro da Educação.

Nesta reunião procedeu-se ainda à votação das moções sectoriais propostas pelo Secretariado da Concelhia de Lisboa.

ENTREVISTA

Ferro Rodrigues defende

CANDIDATURA DE GUTERRES
ÀS PRESIDENCIAIS DE 2005

Ferro Rodrigues, recém-empossado ministro do Equipamento Social, defende a candidatura de António Guterres nas presidenciais de 2005, numa entrevista publicada, no dia 11, no «Público».

«**D**aqui a quatro ou cinco anos o candidato natural do Partido Socialista à Presidência da República será o eng. António Guterres», declara Ferro Rodrigues na entrevista, parte da qual foi feita antes da crise aberta pela tragédia de Castelo de Paiva. Eduardo Ferro Rodrigues ressalva que a sua escolha é feita projectando para 2005 a «situação de hoje» e, assim, é António Guterres o socialista que reúne «as melhores condições de ganhar as presidenciais». Quanto à hipótese de suceder a Guterres à frente dos socialistas, Ferro Rodrigues, que Jorge Coelho já disse dar um excelente candidato à liderança do PS, não a rejeita, mas indica que ela dependerá das circunstâncias.

«Isso (uma candidatura à liderança do PS) não se pode pré-programar a quatro ou cinco anos de distância», diz o ministro. «Para uma questão desse género poder ser respondida é necessário conjugar a vontade do partido, a situação, a vontade própria», explica Ferro Rodrigues, que considera não ser este o momento para lançar nomes à sucessão de Guterres. «Não vejo o Governo a ser derrotado nas próximas eleições», afirma o ministro, que recusa a ideia de um «esgotamento» do Executivo socialista. Ao «Público», Ferro Rodrigues explica a aceitação da pasta do Equipamento Social pela «necessidade de dar um contributo para ultrapassar uma situação inesperada, muito complicada e difícil, para o País, para o governo e para António Guterres». Dadas as circunstâncias, «eu só podia dizer que sim», resume. A mini-remodelação resultante, com a entrega da pasta do Trabalho e da Solidariedade a Paulo Pedroso, adjunto de Ferro Rodrigues no Ministério da Praça de Londres, não resulta para o novo titular do Equipamento num reforço da ala

sampaista. Taxativo, diz: «O chamado sampaísmo, enquanto tendência do Partido Socialista, não existe.».

Um verdadeiro homem de Estado

Sobre o seu antecessor, considera que ele se portou como «um verdadeiro homem de Estado». Mas face à hipótese de Jorge Coelho substituir Francisco Assis à frente da bancada do PS, Ferro Rodrigues diz que «essa questão não se coloca», reconhecendo, embora, no ex-ministro um excelente líder parlamentar. Ferro Rodrigues adianta ainda que não só no Governo não vai ter o mesmo papel de Jorge Coelho, como sugere que a sua gestão do Ministério do Equipamento Social será diferente. «Sob muitos pontos de vista, o ministro Jorge Coelho não é substituível no Governo», considera. Às críticas já surgidas à equipa por ele levada do Ministério do Trabalho para o Equipamento, Ferro Rodrigues torna claro que o importante não é tanto o perfil

técnico, mas a «capacidade política» e «confiança» de que os seus secretários de Estado deram provas. «É fundamental assegurar a direcção política dessas estruturas de acordo com os objectivos expressos no programa do Governo», sublinha Ferro Rodrigues, explicando a sua opção. Porque de uma questão de direcção política se trata, o novo ministro também não vai mexer na orgânica da área sob a sua tutela, nem na legislação que a enquadra, nomeadamente de obras públicas.

Optimizar as leis existentes

«Na minha opinião o que há a fazer é pôr a funcionar, otimizar as leis que existem. Não se vai mexer outra vez na orgânica do Ministério do Equipamento Social», garante. Onde as orientações do seu antecessor se manterão será no «dossier» TAP. A questão «vai ter de continuar ser conduzida como o ministro Jorge Coelho a estava a conduzir. Na obediência dos prazos e dos planos a cumprir durante o próximo mês».

OEIRAS

Estruturas solidárias com Jorge Coelho

A Secção do PS/Oeiras, num comunicado do dia 6 de Março, manifestou «o seu mais profundo pesar pelas vítimas do trágico acidente de Entre-os-Rios» e expressou às famílias enlutadas as suas condolências. Os socialistas da Secção de Oeiras saudaram o camarada Jorge Coelho, militante desta estrutura, pela decisão que tomou ao pedir de imediato a sua demissão, «demonstrando assim ser um homem de grande dignidade e de grande carácter. Exemplo a ser seguido por muitos de nós». «Os valores e os princípios porque se regem os verdadeiros socialistas não os esqueceu Jorge Coelho. É por isso que todos nós, militantes da Secção de Oeiras, queremos expressar a nossa solidariedade para com este nosso camarada», refere o comunicado.

Moção da Concelhia

Também a Comissão Política Concelhia do PS/Oeiras manifestou a sua solidariedade ao camarada Jorge Coelho, tendo sido aprovada por unanimidade e aclamação uma moção. Na moção, a Concelhia do PS/Oeiras refere que «o gesto de elevada dignidade de Jorge Coelho honra o próprio, o Governo a que pertencia, e todos aqueles que se entregam à causa pública, merece a nossa exaltação, mas sobretudo a nossa imensa solidariedade por sabermos que este facto imola quem menos responsabilidade objectiva tem sobre o problema», refere a Concelhia, acrescentando que «neste momento de infortúnio restamos após os lamentos, a honra de termos entre nós, nesta estrutura concelhia, um homem e um militante desta dimensão humana e verticalidade». Na moção, a Concelhia do PS/Oeiras manifesta «a sua profunda tristeza e consternação» pelo trágico acidente da ponte de Entre-os-Rios, apresentando a sua solidariedade «neste momento de dor às famílias das vítimas».

PENHA DE FRANÇA

Solidariedade com Jorge Coelho

O Secretariado da Secção da Penha de França, num comunicado emitido dia 7 de Março, manifesta «o seu mais profundo pesar pelas vítimas do trágico acidente

de Entre-os-Rios» e expressa às respectivas famílias «as mais sentidas condolências». Os socialistas da Penha de França, no documento, saúdam ainda o camarada Jorge Coelho pela decisão que tomou ao pedir de imediato a sua demissão, «uma atitude que revela ser um homem de grande dignidade e carácter. Um exemplo de ética republicana de um político com um longo percurso ao serviço do partido e da causa pública».

PORTALEGRE

III Convenção Distrital da JS

A secretária-geral da Juventude Socialista (JS), camarada Jamila Madeira, afirmou no dia 10, em Campo Maior, que é preciso «diminuir a desmobilização geral» em relação aos temas colectivos da sociedade. Jamila Madeira, que falava na sessão de encerramento da III Convenção Distrital de Portalegre da JS, acrescentou que «há pessoas que precisam do nosso apoio, há estruturas que têm de ser feitas e há um futuro que tem de ser planeado». «Queremos que haja igualdade de oportunidades e temos que conseguir mobilizar os portugueses para esta luta», salientou. Jamila Madeira apontou para uma maior participação dos jovens nas eleições autárquicas deste ano e defendeu a reforma curricular no ensino. O presidente da Federação de Portalegre do PS, Ceia da Silva, disse que os jovens participantes na convenção devem «pedir ao próximo congresso do PS para haver uma maior representação juvenil nas listas para as eleições autárquicas deste ano e também nas listas para os órgãos do partido». Ceia da Silva afirmou ainda que «o Estado deve dar o exemplo de descentralização e trazer para o interior do país mais serviços que permitam a fixação dos jovens».

Pela descentralização

Na sessão de encerramento falaram ainda João Galinha Barreto da Federação Distrital do PS, que é também o governador civil de Portalegre e o reeleito hoje presidente da federação de Portalegre da JS, Luís Testa. Participaram na Convenção cerca de uma centena de delegados, representantes das 15 concelhias da JS no distrito.

PROSSEGUIR A MODERNIZAÇÃO DO PAÍS COM COESÃO SOCIAL *

As minhas primeiras palavras dirijo-as aos portugueses, com quem quero partilhar este momento. Deles recebi legitimidade e confiança; a eles se destina a minha acção. Peço, neste dia, a todos os portugueses que reafirmemos juntos o amor que temos a Portugal, que reiteremos a vontade de reforçar os vínculos que nos unem e nos tornam uma comunidade nacional viva, solidária e voltada para o futuro. Dessa comunidade sou símbolo activo e da sua unidade continuarei a ser o garante.

É na certeza de interpretar o sentimento de toda a comunidade que exprimo o meu profundo pesar pela tragédia de Castelo de Paiva, renovando as minhas sentidas condolências às famílias dos que morreram. Devemos à memória dos mortos e ao sofrimento dos vivos o apuramento rigoroso da verdade daquilo que aconteceu.

Agradeço-lhe muito, Senhor Presidente da Assembleia da República, a sua saudação. Moldada como é por uma larga experiência política, por um elevado sentido de serviço à República e por um laço de estima pessoal, recebo-a como estímulo que me honra e responsabiliza.

Nos termos da Constituição, o Presidente da República dirige-se à Assembleia por direito próprio. Permita-me, contudo, Senhor Presidente, que, em vez desse direito, invoque a praxe parlamentar, por mim tantas vezes aqui usada num passado cuja recordação me é tão grata, e lhe peça licença para falar a esta Câmara, sede da representação plural da Nação, saudando todos os senhores deputados com respeito e apreço.

Quero também manifestar, como é de inteira justiça, reconhecimento a todos os que apresentaram e defenderam as suas candidaturas às eleições presidenciais, num espírito de serviço ao País e à democracia. Essa expressão de reconhecimento alargase àqueles que deram o seu contributo cívico à campanha eleitoral.

No momento em que inicio um novo mandato, reitero os meus compromissos essenciais: prosseguirei uma magistratura de moderação e de equilíbrio, no escrupuloso respeito pela separação de poderes e empenhado na cooperação institucional com os restantes órgãos de soberania; defenderei o interesse nacional e darei atenção permanente às questões da presença portuguesa na Europa e no Mundo; terei uma preocupação redobrada com os desafios da modernidade, da cidadania, da solidariedade e da coesão nacional; desenvolverei uma acção próxima dos portugueses, dos seus problemas e das suas expectativas.

Estes são compromissos fundamentais, que decorrem da Constituição e da experiência histórica da função presidencial na Democracia Portuguesa. A eles tenho



emprestado, naturalmente, a minha interpretação, de acordo com a análise que faço da situação do País e com a antecipação, que também me cabe fazer, das questões decisivas para o futuro dos portugueses.

O eleitorado sufragou, de forma inequívoca, o exercício do meu primeiro mandato, nomeadamente o entendimento consistente das funções presidenciais e o método utilizado para lhes dar corpo; sufragou as metas enunciadas e as áreas de intervenção prioritárias; sufragou, finalmente, o meu propósito de congregar os portugueses e de dinamizar o Estado e a Sociedade.

A renovação da confiança do eleitorado significa, antes de mais, que devo prosseguir o caminho traçado, dando à função presidencial o carácter de vértice estabilizador do sistema político. Interpretei-

a sempre no sentido de prevenir bloqueios artificiais e inúteis, de estimular e apoiar as reformas necessárias. Assim continuarei a fazer, pois esse é o interesse do País.

Por isso, a renovação da confiança impõe, igualmente, o exercício de uma magistratura activa, atenta e vigilante que dê voz às necessidades de mudança, que aponte orientações nacionais de modo a garantir aos portugueses desenvolvimento, justiça, segurança e igualdade de oportunidades. E que tenha como causa a dignificação permanente da República, entendida tanto nos seus valores éticos de sempre, como nos valores modernos da promoção da liberdade e da tolerância, da integração social e da abertura cultural.

Cidadão escolhido pelos cidadãos para os representar todos, devo ser o cidadão mais atento, mais exigente, mais responsável,

mais solidário. Que fique claro: o sufrágio universal confere ao Presidente da República capacidade moderadora e magistério de iniciativa. Intérprete das expectativas dos cidadãos e da vontade colectiva, sem deixar de ser o garante do regular funcionamento das instituições, cabe-lhe exprimir um impulso transformador e reformista, pois só ele permite manter viva a ambição de um Portugal dinâmico, competitivo e solidário.

Esse impulso é hoje indispensável, todos o reconhecem. Estou atento às preocupações que perpassam na sociedade portuguesa e tenho o dever de ajudar a vencer os desafios nelas contidos. Quero garantir aos portugueses que mobilizarei as vontades necessárias e estimularei todas as competências e todas as capacidades de que dispomos para lhes dar respostas.

Sendo certo que todos, mas todos, temos responsabilidades, que cada um assuma integralmente as suas, sem transferência nem desculpa! Os portugueses sabem que eu assumirei as minhas. Por isso me reelegeram. Considero que a primeira dessas responsabilidades é contribuir para que se ganhe consciência clara dos problemas e dos desafios, pois esse é o primeiro passo para os enfrentar, assumir e resolver. É disso que vos falo, agora.

Um primeiro conjunto de desafios a que temos de fazer face respeita ao crescimento económico.

Têm-se multiplicado, nos últimos tempos, os avisos sobre a situação económica portuguesa. Lembrando traumas antigos, algumas realidades, como o défice comercial e a subida das taxas de juro, geraram pessimismo.

A economia portuguesa conheceu, nas últimas décadas, transformações profundas e logrou uma integração europeia bem sucedida. Encurtou-se substancialmente a distância entre o nível de vida dos portugueses e a média da União Europeia. Portugal integrou o pelotão da frente da moeda única e o Euro defendeu-nos já de sobressaltos que foram correntes no passado. Esses factos não devem, todavia, servir para ocultar os problemas que persistem.

No curto prazo, Portugal terá de corrigir alguns factores que afectam o equilíbrio da sua economia, nomeadamente no que respeita ao rápido crescimento do endividamento externo, à inflação e às subidas de custos superiores à média da zona euro e, por conseguinte, à despesa nacional, com particular destaque para as despesas públicas e para a taxa de poupança das famílias.

Mas é no médio e no longo prazo que se joga o crescimento sustentado. Aqui, todo o esforço tem de ser dirigido para aumentar a competitividade e a capacidade produtiva da economia nacional.

Uma viragem impõe-se neste aspecto de

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

forma absolutamente decisiva. Há que libertar recursos para os sectores produtivos, privilegiar o investimento em vez do consumo, fomentar o desenvolvimento industrial, difundir as novas tecnologias e melhorar a gestão empresarial, reabilitar – com sentido ecológico – a agricultura, renovar o tecido urbano, corrigir assimetrias regionais.

Reformas estruturais

Embora as dificuldades a vencer sejam grandes, há que prosseguir e intensificar reformas estruturais em áreas como a da equidade fiscal, da racionalização das despesas públicas, a do aumento da eficiência dos serviços públicos de saúde, justiça e outros, a da melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional, a da subida da produtividade na maior parte das actividades produtivas, a do desenvolvimento de uma política mais eficaz de defesa da concorrência no mercado interno e a da atracção do investimento estrangeiro produtivo.

Os sectores produtivos da nossa economia, a indústria sobretudo, não desempenham o papel que deviam desempenhar. O investimento industrial tem de ser mais encorajado, através de uma política selectiva de apoios financeiros e da criação de estímulos à inovação científica e modernização tecnológica.

É igualmente crucial obter uma articulação mais exigente entre os sistemas de ensino, os centros de investigação e as empresas. A nossa sociedade tem de ser mais aberta à inovação e ao risco, mais apta a valorizar a qualidade e a aceitar a mudança.

A competitividade da economia portuguesa, em concorrência global, coloca também um desafio à nossa capacidade de reinventar o pacto social. A renovação do pacto social significa que a sociedade é capaz de se fixar objectivos de médio prazo para criar mais valor acrescentado e gerar emprego de qualidade através de uma relação contratualizada entre os diversos sectores e interesses sociais. É um imperativo a que patrões e sindicatos dinâmicos não devem furtar-se, pois só ele garante sustentabilidade económica e coesão social.

Outros avisos têm surgido alertando-nos sobre a possibilidade de crescermos menos do que a média europeia. Não podemos ser precipitados nesta matéria e admito que uma divergência temporária não deva ser tomada como um desfasamento duradouro. Mas quero expressar a minha profunda convicção de que Portugal e os portugueses não se resignariam se, a prazo, a convergência real em relação à Europa não prosseguisse a ritmo sustentado e significativo.

Se a tendência de crescimento que animou a esperança dos portugueses estiver ameaçada, é necessário, sem demora, tomar as medidas que garantam uma mudança de orientação.

Trata-se de um desafio para o Governo, sem dúvida, mas também para todos os parceiros sociais, para todos os responsáveis políticos, para os técnicos, para o mundo das empresas, para o sistema de ensino, e – convém não esquecermos – para os cidadãos em geral.

Esta é uma meta que só pode ser atingida com trabalho, disciplina e rigor, mas também com imaginação, criatividade, visão e ousadia.

A integração europeia e o crescimento económico coincidem num grande desígnio nacional que é precisamente o de atingirmos os padrões da Europa mais desenvolvida. Em nome desse desígnio demos vigor a um notável esforço colectivo que não pode ser desperdiçado. A recuperação do atraso tem de continuar, a bom ritmo, em nome de uma solidariedade entre gerações que é o cimento mais forte de uma comunidade que partilha valores históricos e projecta o seu futuro.

Um segundo desafio que quero assinalar respeita ao lugar de Portugal na Europa depois de Nice.

O alargamento da União Europeia às novas democracias da Europa Central e Oriental é indispensável e justo. No entanto, é um processo que exige de nós especial atenção, para prevenirmos os riscos e aproveitarmos as oportunidades que contém.

A negociação do Tratado de Nice mostrou que a perspectiva do alargamento da União tende a agravar as tensões entre os interesses próprios de cada Estado Membro e o interesse comum de todos eles. Ninguém pôe em causa, todavia, que o interesse nacional tem de ser hoje concebido também no quadro de um destino comum, do qual a União Europeia é o mais ambicioso intérprete.

Participar nesse projecto implica compromissos, por vezes mesmo sacrifícios, que são a contrapartida da segurança, prosperidade e união das democracias europeias, num mundo cada vez mais globalizado.

Feito o balanço, a União Europeia tem sido um insubstituível factor de prestígio, credibilidade e projecção internacional de Portugal, e tem representado uma oportunidade única de desenvolvimento, que é nossa obrigação, face às gerações futuras, consolidar e aproveitar plenamente. Para conseguirmos percorrer este caminho, beneficiámos, até agora, de um amplo acordo nacional sobre o sentido e o alcance da nossa participação na construção europeia. É indispensável que ele possa ser sempre assumido e invocado.

O Tratado de Nice não pôs em causa os fundamentos desse acordo, mas, reconhecamos, também não os solidificou. Suscitou mesmo algumas dúvidas e apreensões. Importa, pois, reflectir em conjunto sobre a marcha do projecto europeu, de modo a renovar o consenso em torno de uma estratégia nacional que constitua suporte e orientação para a nossa acção política e diplomática no âmbito da União. Não tenho dúvidas de que esse consenso é do interesse nacional. Darei o meu empenhado contributo no sentido de o confirmar e consolidar.

Dois questões fundamentais avultam nessa reflexão. A primeira: como garantir condições para que Portugal continue no caminho da convergência com os países mais desenvolvidos da União? A segunda: como defender os interesses e a posição do Estado no modelo institucional reformado que a Europa do alargamento adoptará?

Temos uma contribuição própria a dar para a definição do futuro comum. Seja qual for a direcção que o debate venha a tomar entre os Estados-membros, temos, desde já, de evitar dois riscos: por um lado, a ilusão de que outros, melhor do que nós próprios, defenderão os nossos interesses; e, por outro, o engano de que, isolados, estaremos melhor defendidos.

Projecto que assumimos e que queremos aprofundar, a União Europeia não esgota, porém, o âmbito da nossa afirmação internacional. Assim, a nossa posição na União será sempre valorizada pelo reforço das alianças e da cooperação externa do País com o resto do Mundo. Devemos também continuar o esforço de projectar melhor a nossa cultura e a nossa língua. Portugal será tanto mais respeitado na Europa quanto souber cumprir a sua vocação histórica universalista.

A nossa afirmação na Europa e no Mundo passa igualmente pela capacidade de contribuirmos para a defesa comum e para a segurança colectiva, para o que precisamos de Forças Armadas modernas e adaptadas às necessidades do nosso tempo.

Também aqui o impulso reformista não pode abrandar. À democracia compete actualizar os objectivos estratégicos da defesa nacional e os meios para os realizar. Como Comandante Supremo, quero saudar todos os militares portugueses, manifestando-lhes o reconhecimento do País pelas missões que têm desempenhado com tanta eficácia e dedicação, prestigiando a Nação e reforçando a sua posição internacional.

Segurança

Um terceiro desafio que temos de ter presente é o que resulta da disseminação de factores de insegurança e risco na nossa sociedade.

Nas sociedades modernas, a segurança tem de ser encarada como uma dimensão da cidadania. Ao cidadão, o Estado tem de garantir tanto o acesso a patamares de dignidade e bem estar, como a segurança pessoal e patrimonial.

Sabemos que as causas da insegurança são diversificadas, múltiplas, pouco controláveis e que simplificar os dados do problema não ajuda a resolvê-lo. A violência que existe nas nossas sociedades é, em parte, resultado de uma sociedade que é desumana, agressiva e em que os factores de exclusão social se acentuaram, provocando rupturas e antagonismos graves.

Mas reconhecer que a violência tem causas complexas não significa desculpá-la nem impede que o programa de combate seja claro, actuando-se sobre as causas profundas e sobre os efeitos imediatos.

É preciso, nesta matéria, adequar as capacidades do Estado, tornar mais eficazes as acções de prevenção e dissuasão, prestigiar o papel social das forças de segurança, assegurar a cooperação entre o Estado central e as autarquias, obter a colaboração das organizações de solidariedade social, incluindo o voluntariado. É ainda fundamental ser firme na repressão das novas formas de criminalidade, pois, como

sabemos, também o crime hoje está globalizado.

Mas, para além da violência, existem na nossa sociedade novos factores de risco, ligados a mudanças de tipo civilizacional, que geram também inseguranças de outro tipo.

Alguns deles vêm de trás, como os que resultam das assimetrias regionais e das dificuldades do mundo rural em modernizar-se. Outros são consequência dos impactes, por vezes brutais, de uma competição económica e social sem regras, que precariza o emprego, enfraquece as estruturas sociais, a começar pela família, ou ainda do individualismo exacerbado que mina a responsabilidade colectiva. Por isso, tenho apelado incessantemente ao reforço da cidadania e da coesão social. Continuarei a fazê-lo.

O papel das famílias é essencial para este objectivo da coesão e da integração, não podendo ser transferido. Deve, por isso, promover-se uma articulação mais consistente entre a escola e as famílias, desde o pré-escolar. A escola não pode ser vista como uma oportunidade de transferir responsabilidades que cabem à família, mas como um assumir dessas responsabilidades num quadro mais amplo. O apoio à família implica igualmente políticas novas em domínios como o da fiscalidade, da diversidade de horários de trabalho do homem e da mulher e da partilha de responsabilidades familiares entre os seus membros.

Por outro lado, o sentimento de insegurança acentua-se ainda porque se rompem equilíbrios ecológicos e biológicos e se utilizam processos e materiais que representam perigos sérios para a vida e para a saúde humana. As mutações e as inovações surpreendem, abrem horizontes, mas também provocam inquietação e temor.

Precisamos de estar mais atentos a estes temas dos quais depende o futuro. Portugal tem de dispor de um aparelho técnico-científico sempre muito apto, que proporcione informação, conhecimento rigoroso e pontual em áreas estratégicas, como a agro-alimentar, a saúde pública, o ambiente e o clima. O país não pode prescindir de dispositivos de fiscalização e controlo devidamente creditados dos ecossistemas e das intervenções que neles são operados pelas obras públicas e implantação de equipamentos sociais.

Essa é uma exigência do nosso tempo. Se podemos e devemos aceder à investigação europeia e mundial, isso não pode, em caso algum, servir de pretexto para descarmos os nossos próprios meios materiais, sobretudo, as nossas qualificações humanas nesses campos.

As Universidades e os Politécnicos têm aí um contributo fundamental a dar. Só assim, aliás, se pode cumprir cabalmente a responsabilidade que o Estado e os seus serviços têm perante os cidadãos.

Sabemos que, actualmente, a segurança e a tranquilidade dos portugueses dependem muito da credibilidade do Estado e da eficácia da Administração Pública. Só com rigor e a transparência asseguraremos essa credibilidade; só com qualificação, modernização, racionalização de meios, garantiremos esta eficácia. Esta é uma

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

batalha que não podemos perder.

Por isso, o quarto desafio que importa referir diz precisamente respeito à reforma do Estado.

Como tenho repetidamente afirmado, há, em muitos domínios, uma descrença nas capacidades do Estado em servir os portugueses. Essa desconfiança é, aliás, crónica entre nós.

De facto, é frequente apontar-se situações em que o Estado falhou por inoperância ou falta de meios aptos. Mas ainda há casos em que cedeu a grupos de pressão ou assumiu ele próprio uma lógica corporativa, onde devia ter assumido uma ética de serviço público. Quando age assim, o Estado torna-se parte, e parte do problema, em vez de árbitro, e parte da solução. Este é um tema fundamental de cidadania. Penso que não deve ser aprisionado na luta político-partidária. É um imperativo da democracia, pois a democracia exige um Estado democrático forte, justo, eficaz, imparcial e prestigiado.

Para isso, precisamos de restaurar a confiança na relação entre o Estado e os cidadãos. Precisamos de uma nova atitude, que vença suspeitas e rotinas que se vêm arrastando. Precisamos de um Estado democrático moderno e reformista.

Como tenho dito, precisamos de serviços públicos que sejam verdadeiramente o que são: serviços e públicos. Serviços, porque estão ao serviço dos cidadãos; públicos, porque não estão ao serviço de interesses ou conveniências privadas, em detrimento do interesse geral e do bem comum.

Necessitamos de maior igualdade regional na oferta e na utilização dos serviços e dos recursos. Precisamos de assegurar o acesso e a utilização efectiva dos serviços, e serviços descentralizados, por parte das pessoas a quem se destinam. Só assim garantiremos a educação, a saúde, a justiça a que os portugueses têm direito. Só assim o Estado será um instrumento de progresso e de desenvolvimento da sociedade e da economia - e não um peso, uma inércia, um factor de asfixia e de opacidade das decisões.

Refiro, por fim, como quinto desafio, que se prende com este, o da reforma do sistema político.

É hoje patente, no comportamento dos cidadãos face à política, aquilo que vários observadores vinham diagnosticando: o risco de um divórcio entre os cidadãos e a política. De facto, sinto desencanto e por vezes até desinteresse dos meus concidadãos pela vida política. Há sinais de desmotivação e de despolíticação que me preocupam, que preocupam todos os que querem uma democracia viva e dinâmica, uma República moderna e solidária.

Não esqueçamos que a liberdade e a democracia nunca estão adquiridas definitivamente. Temos de cultivar os seus valores, o seu espírito, os seus ideais, os seus princípios: a autoridade democrática, a igualdade dos cidadãos perante a lei, o pluralismo, a participação, a tolerância e a fraternidade.

Temos de fortalecer as associações cívicas e políticas, a começar pelos partidos políticos, tornando-os mais abertos e mobilizadores. Temos de prestigiar as instituições representativas que devem demonstrar mais eficácia e prestar contas da sua acção em

defesa do interesse público. Temos de impor uma ética da responsabilidade na vida democrática e na acção política, subordinando os interesses pessoais ao interesse colectivo.

A vida parece correr à margem do sistema político. Por isso temos também que fortalecer todas as formas de associativismo social, o voluntariado, as organizações dinâmicas da comunidade.

Uma das causas do afastamento dos cidadãos está provavelmente na convicção de que o poder político está longe dos problemas e é pouco eficaz na sua solução. Esta questão põe às instituições da vida democrática, designadamente aos partidos, os mais sérios reptos.

Temos que criar organizações menos fechadas e mais abertas à cidadania. Esta é a razão porque, em democracia, não é adequado falar-se em «classe política». Os políticos não podem nem devem constituir uma classe assente numa qualquer solidariedade corporativa de interesses ou privilégios. O exercício de funções políticas, sempre transitório, é um serviço prestado à comunidade, de quem se recebe legitimidade e a quem se tem de prestar contas.

Temos de ser capazes de quebrar o ciclo vicioso que leva os cidadãos a distanciarem-se da política porque a acham pouco influente, contribuindo, com esse mesmo afastamento, para a perda de influência da política. Quebrar o círculo vicioso implica garantir que o cidadão tem a palavra, que o seu voto conta, que a sua participação é querida e respeitada.

Temos também de aperfeiçoar o recenseamento eleitoral, realizando com determinação uma mudança profunda no actual sistema.

Durante o meu primeiro mandato, chamei a atenção do País e dos responsáveis políticos para a necessidade de uma reforma do modo de fazer política. Num mundo que mudou tanto, só a política parece ter mudado pouco, ficando agarrada a formas de intervenção pouco motivadoras.

Algumas alterações foram, no entanto, experimentadas. A campanha eleitoral das presidenciais decorreu já sob uma nova lei de financiamento das campanhas eleitorais que contém aspectos positivos. Com a experiência entretanto adquirida, julgo estar em condições de sobre ela me pronunciar, o que farei proximamente em mensagem a esta Assembleia.

A desconfiança que, por vezes, se manifesta em relação à política e aos políticos tem de ser contrariada, não apenas com palavras, mas com actos, com rigor nos comportamentos e com exemplos de dedicação à causa pública. Falo à vontade, pois penso - e tenho-o dito - que os portugueses devem muito aos eleitos que os representam e servem nas mais diversas instâncias, desde as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, até às Regiões Autónomas e à Assembleia da República. Esse reconhecimento é devido e não será regateado, se mostrarmos capacidade de vivificar o poder local, de aprofundar as autonomias, de aproximar os representantes dos representados.

Os desafios que enumerei decorrerem, como disse, de preocupações que sinto presentes na sociedade portuguesa. Decorrem

também das ambições e expectativas dos portugueses. Ambições e expectativas naturais. A sociedade portuguesa é hoje menos resignada e mais crítica. Ainda bem que o é.

Não podemos, por isso, ficar surdos perante as críticas, quando justas, e inertes perante as exigências, quando legítimas. Pior do que uma resposta, mesmo incompleta, é a indiferença, o deixa andar. Os portugueses sabem que não terei nunca contemplação com a desatenção, com a falta de empenhamento na solução dos problemas, com o arrastamento das decisões. A minha única ambição é Portugal - e quero que Portugal seja digno da ambição dos portugueses. Os desafios de que vos falei devem ser tomados como metas:

Um Portugal coeso e solidário

A meta do crescimento económico, da convergência real com os padrões europeus e da competitividade da economia nacional. A meta de um Portugal forte numa União Europeia alargada e num Mundo globalizado. A meta de um Portugal seguro, coeso e solidário.

A meta de um Estado responsável e responsabilizado.

A meta de uma República moderna e participada.

Pela minha parte, quero transmitir ao Estado e à sociedade os impulsos transformadores e modernizadores que no âmbito da minha magistratura considero prioritários: - na formação, no ensino, na cultura e na ciência; - na vida empresarial; - na justiça; - na saúde; - nas Forças Armadas e de segurança pública; - na vida política.

Trabalharei com todos os órgãos, instituições e partidos, no apreço e respeito pela diversidade plural de opiniões de que se faz a democracia. Agora como no mandato anterior serei fiel aos princípios que regem o exercício da função em que fui investido: isenção, imparcialidade, cooperação institucional.

Sei que há capacidades e vontades que se podem congregam, mobilizando os portugueses residentes no Continente e nas Regiões Autónomas, e em ligação com os portugueses que se encontram emigrados em vários países do Mundo. A todos saúdo afectuosamente neste dia. Saúdo também os imigrantes que vivem entre nós, acatando as nossas leis e contribuindo com o seu trabalho para o nosso desenvolvimento. Dirijo-lhes uma palavra de solidariedade nas suas dificuldades de integração.

Considero meu primeiro dever impulsionar e unir os portugueses para mudarmos o que está mal, consolidarmos e ampliarmos o que conseguimos, prosseguirmos a modernização e o desenvolvimento do País. Não podemos realizar este objectivo sem um clara visão global. Os problemas que temos de enfrentar têm uma natureza e uma dinâmica que não é estritamente nacional. O mesmo se pode dizer das respostas a esses problemas.

Chegámos ao século XXI com alguns problemas velhos, mas tendo como fundo um Mundo que é novo. Nele, os velhos problemas mudam a sua dimensão e a esses juntam-se novos problemas. Não há

mais lugar para receitas gastas ou soluções de facilidade. A chave que nos abriu a porta do novo milénio não é a das certezas, é a das interrogações.

A história ensina-nos, contudo, que, se estas são épocas de riscos, são também de exaltante invenção de novas possibilidades de viver e de construir um Mundo melhor. Nos tempos de grandes mudanças, apareceram algumas das obras mais admiráveis criadas pelo génio humano. A obra de Camões, por exemplo, é de um tempo de mudança, incerteza e globalização. É disso que nos fala.

Não devemos, pois, ficar paralisados pelo medo ou pela descrença. Nem assustados pela grandeza da obra a fazer. Ousemos, norteados por valores que, sobretudo nas épocas de crise, nos devem dar ânimo. Esses valores traduzem-se na responsabilidade de sermos mais humanos e na convicção de que só a liberdade é criadora e apenas a justiça funda o que é duradouro.

Foi em nome dessa responsabilidade e dessa convicção que, desde a Universidade, me empenhei no combate político. Continuo fiel a esse mandamento interior.

Diferentemente de alguns a quem a passagem dos anos ou a vida desludiu, afundando-os num cepticismo cinico ou resignado, a que às vezes chamam pragmatismo, eu mantenho intacto e actualizado o sonho da minha juventude. Ao contrário deles, a experiência dos homens e das situações confirmou-me no essencial das minhas convicções.

Acredito com a mesma força de então que é possível, necessário e urgente lutar por um Mundo de maior dignidade para todos os seres humanos, por um Portugal mais solidário e mais equânime, com menos discriminações entre homens e mulheres, entre filhos de ricos e filhos de pobres, entre habitantes do interior e do litoral, entre jovens e mais velhos.

A possibilidade de concretização desse sonho de um país livre e justo, abriu-se para nós em 25 de Abril de 1974. Quero evocar com emoção essa data fundadora do novo Portugal democrático. Lembro todos os que, durante décadas de coragem e de dádiva pessoal, lutaram pela liberdade. Presto homenagem aos capitães de Abril que, nesse dia em que «a poesia estava na rua», nos fizeram reencontrar o futuro.

Para sermos fiéis ao inicial, grande e generoso impulso transformador do 25 de Abril, temos o dever de estar à altura da esperança dos portugueses.

É chegada a hora de vencermos a desconfiança secular por nós próprios, de sacudirmos o pessimismo, a resignação, «o meu remorso de todos nós», de que falava, com tanta inteligência crítica, Alexandre O'Neill. É chegada a hora de ultrapassarmos aquela atitude mental que nos faz apontar os males, arranjando logo alibis, desculpas e explicações para a sua continuação. O meu apelo é este: Sejamos exigentes connosco, sejamos ambiciosos com Portugal. Viva a República! Viva Portugal!

* Intervenção de Jorge Sampaio na sessão solene da sua tomada de posse como Presidente da República, realizada no dia 9 de Março na Assembleia da República.

Subtítulo da responsabilidade da Redacção



PEDAGOGIA CÍVICA PARA VENCER INIMIGOS DA DEMOCRACIA*

1. Há cinco anos, em cerimónia paralela à de agora, afirmei que Vossa Excelência «estava condenado a fazer-se amar pelos Portugueses».

Afirmo hoje que Vossa Excelência cumpriu galhardamente a «pena» decretada.

Bem consciente de que a nossa Constituição exige a fundamentação das sentenças condenatórias, invoquei a fundamentar a minha o percurso académico, profissional e político do cidadão Jorge Sampaio.

Não repetirei a fundamentação – por demais sabida – até porque, na perspectiva da cerimónia de hoje, faltou naturalmente nela o mais expressivo «quod erat demonstrandum». Este consistente na justificação que o segundo mandato, que hoje se inicia, vai buscar ao primeiro.

Foi na gestão do seu primeiro mandato que Vossa Excelência mais mereceu nova condenação na mesmíssima pena.

Foram cinco anos em que o Presidente da República justificou o afecto e o sufrágio quotidiano dos Portugueses. Raras vezes polémico, (apenas o «quantum satis») antes consensual, respeitado e amado, eis o «plebiscito» diário registado pelo mandato que finda.

Semelhante resultado não se consegue sem inteligência, generosidade, determinação, solicitude e sobretudo amor à República. A magistratura presidencial, no seu desenho constitucional, explícito e implícito, é uma magistratura complexa e delicada. Exige sabedoria e virtude na conhecida acepção da filosofia grega.

Nem todos os desempenhos presidenciais decorrem com igual soma de dificuldades e sobressaltos. Digamos que o mandato que finda coincidiu com um período em que o nosso País se afirmou internacionalmente, cresceu e se desenvolveu com razoáveis normalidade e sustentabilidade.

Mas nem por isso logrou fugir ao embate das marés internacionais, em época de globalização de fenómenos e dificuldades a que nenhum País escapa.

Para além disso, tivemos de gerir «dossiers» próprios particularmente delicados, como o do adeus a Macau, o da emancipação de Timor, o da presidência portuguesa da União Europeia, e o do envio de missões militares portuguesas de defesa e manutenção da paz, no quadro de responsabilidades internacionais. E ninguém discutirá o alto sentido de Estado com que o Presidente da República – como aliás o Governo – assumiram as inerentes responsabilidades. Digamos, em resumo, que não foi um mandato particularmente isento de dificuldades. Basta qualificá-lo, com verdade, como o da plena eclosão da era planetária, em todas as suas grandezas e misérias.

Os Portugueses não podem queixar-se: arredondaram o Mundo, aí o têm, redondo;

quiseram que o próprio Homem se universalizasse, aí o têm, universal; abriram ao Mundo novos mercados, aí os têm, abertos. Estamos no ponto de chegada dessa revolução copernicana; um Mundo globalizado e um cidadão contraditoriamente autárquico.

Em plena florescência da democracia de opinião, seria sempre impensável que a gestão presidencial fosse totalmente imune a disparidades de apreciação. Uns a terão querido mais interventora, outros menos. Uns mais invasora da esfera governativa, outros nem tanto. Uns a querendo legitimada pelo voto popular, outros a preferindo derivada de uma escolha não directa. Todos, afinal, a desejando mais chegada à sua própria visão das coisas. Em última análise subsistiria sempre o saudosismo monárquico, convicto da superioridade de um Presidente-Rei.

É esta diversidade de opiniões que faz afinal o encanto da pluralidade, e do mérito da democracia e da sua racionalidade simplificadora.

O Presidente da República, enquanto órgão, é o vértice desse arranjo arquitectural. Por recurso à ficção e ao mito, é plural, sendo único. Retomando um velho conceito que resiste à banalização, é – digamo-lo sem hesitações – a personificação dessacralizada da Pátria. Uma personalidade sem coroa, sem trono, que se disfarça sob chapéus inacreditáveis, bate a sua bola de golfe, faz questão em ser igual àqueles que representa, para mais genuinamente os representar.

Nestes tempos de radicalismo extremado, não faltou sequer a tentativa de apoucar o significado da votação por Vossa Excelência recebida, fazendo apelo à mais estranha aritmética. Vossa Excelência, apesar de ter recebido, logo na primeira volta, mais de 50 por cento dos votos expressos, só teria, na prática, recebido o apoio de cerca de um quarto dos cidadãos eleitores, tendo em conta a abstenção de quase metade destes cidadãos.

Com esta ligeireza (ou este sectarismo?) esqueciam-se duas evidências: a de que é absurdo contar como votos contra os votos de todos os abstencionistas; e a de que a mais generalizada explicação do alto nível de abstenção consistiu exactamente no desinteresse provocado pelo antecipado conhecimento do vencedor. Uma eleição é em certo sentido um jogo; da atracção do jogo faz parte a álea inerente ao seu desfecho; e desta vez, para muitos, não havendo álea, não havia jogo. Esta convicção, na medida em que existiu, deve ser levada a crédito do presuntivo vencedor, não ao invés.

2. Mas a teorização do volume da abstenção deu, apesar disso, azo à exteriorização de preocupações nem sempre destituídas de fundamento! Os níveis de abstenção eleitoral, entre nós e lá fora, têm mostrado

tendência para subir.

E mesmo quando não atingem os níveis de outras democracias – incluindo as mais antigas e consolidadas – é grande a tentação de ver nisso um recuo da atracção dos sistemas democráticos em geral e do exercício do voto em especial. Há os que se convencem disso com apreensão, e os que constatarem isso com gáudio. Mas a ideia de uma crise do sistema representativo parece querer instalar-se nos melhores espíritos. A tal ponto que renasce em alguns a tentação do recurso ao voto obrigatório. Há países que o praticam, e grandes espíritos que o reclamam.

Não sem alguma lógica. A nossa própria Constituição define o voto como um direito e um dever cívico. Este sem sanção, como se impunha. Os cidadãos devem, no seu próprio interesse, contribuir – participando – para que se organize e funcione a comunidade política em que se integram. Participar nas despesas gerais, através do imposto. Participar na formação dos órgãos de decisão, através do voto. E participar nas decisões destes órgãos através dos partidos, dos sindicatos, das associações, das universidades, dos movimentos sociais, do exercício do direito de opinião.

Também eu considero que uma cidadania participativa é a base da democracia. E que, se os cidadãos se desinteressam pela vida pública, a democracia perde o seu fundamento, a sua legitimidade.

Mas nem por isso defendo o voto obrigatório. O interesse pelo bem comum e pela democracia não se decreta!

Isto não significa que devamos cruzar os braços. São cada vez mais visíveis e identificados os verdadeiros inimigos da democracia: são os que realçam os seus defeitos e apoucam as suas virtudes; os que atacam os partidos, esquecendo o seu fundamentalíssimo papel; os que apoucam os políticos, culpando-os de tudo, até das suas próprias culpas. No fundo, saudosos da sua redução à unidade, ou seja de um ditador.

Combatamo-los com armas de opinião e pedagogia cívica. Rentabilizemos a superioridade das forças do bem sobre as do mal. Da liberdade sobre as da opressão. Começando por corrigir a nossa passividade para logramos vencer a abstenção comodista, abúlica, mas não inimiga da democracia.

O Presidente da República é titular da opinião que mais pesa. Eis um campo aberto ao choque de opiniões que não dispensa esse peso-pesado. O seu conselho, neste domínio, deve continuar a ser seguido. O seu exemplo multiplicado.

Jean Jaurés, num discurso célebre dos primórdios da racionalização do poder, disse que a soberania nacional «fez de todos os cidadãos ... pelo sufrágio universal, uma assembleia de reis». Como explicar que tantos deles se recusam a reinar, depondo

a arma do voto? «A história – advertiu Maquiavel – ri-se dos profetas desarmados!»

É claro que o voto não tem de ser, nem é, a arma única dos que desejam participar no exercício do poder. Nas democracias modernas já não enche a alma dos cidadãos o exclusivo direito a poderem votar de tempos a tempos, e a poderem dizer, em dia de eleições, «hoje o poder sou eu». O grande Vítor Hugo, autor desta afirmação, expressava assim o seu espanto:

«Pois quê? Não sabeis o que fazer do sufrágio universal? Santo Deus! Ele é o ponto de apoio, o inabalável ponto de apoio, que bastaria a um Arquimedes político para levantar o Mundo!»

Desprezemos esse ponto de apoio? Com ele e a alavanca da nossa vontade, levantemos o Mundo!

Tudo depende de como organizarmos essa vontade. A este respeito há receitas conhecidas e experimentadas, receitas conhecidas e pouco experimentadas, e receitas a descobrir. Figuram entre as primeiras a participação através dos partidos, dos sindicatos, das associações empresariais, das universidades, das organizações não governamentais e outras formas de aglutinação de vontades. Entre as segundas podem incluir-se a possibilidade de iniciativas populares de referendos e leis, a abertura a listas de candidatura subscritas por grupos de cidadãos, a iniciativa da acção popular, e os chamados movimentos – sem: dos sem terra, sem pão, sem tecto, sem emprego, sem instrução, sem papeis.

Além destes, fazem a sua aparição no tablado social outros tipos de movimentos só aparentemente espontâneos, como as múltiplas formas de indignação e de protesto, de exploração das contradições do sistema dominante, ou mesmo de reivindicação de reformas políticas: os movimentos dos ecologistas, dos feministas, dos homossexuais, dos camionistas, contra a violência, contra o racismo e a xenofobia, contra os tráficos ilícitos (de drogas, de armas, de mulheres, de trabalhadores) contra a desumanidade das prisões, pela libertação do corpo, pela redução do tempo de trabalho. A lista não é de fácil menção exaustiva.

Tudo isto são, queira-se ou não, revelações de um fenómeno político-social novo: a emergência de movimentos sociais, de novas formas de participação política não institucionalizada, de partilha e tendencial pulverização do poder. O corte de estradas, o fecho de edifícios a cadeado e os buzínios, sob os pretextos mais fúteis, não punidos, se é que puníveis, são já o fenómeno reduzido à sua própria caricatura. É toda uma nova sociologia, mais própria da ficção do que da realidade. E no entanto real.

Por agora, todos estes movimentos,

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

geradores de uma certa convivência incívica, actuam desgarrados. Mas nada nos garante que no futuro se não federem. Sociólogos com alta cotação no esforço de antecipação do futuro, como o consagrado Alain Touraine, acham mesmo que «a formação de novos movimentos sociais, susceptível de desencadear reformas políticas, é necessária». Está implícita nesta afirmação a descrença na capacidade dos responsáveis políticos para fazerem essas reformas. Ou as fazemos, e enquadrámos os que protestam, ou convocamos o extremismo.

Também eu venho receando que o Mundo moderno se encontre tão prisioneiro das suas próprias contradições, e dos seus inarredáveis jogos de interesses, que as inovações indispensáveis comecem a não ser possíveis através de reformas de cima para baixo. Até porque, em muitos casos, já não bastam reformas, sendo indispensáveis rupturas. Daí que Touraine, entenda que «a salvação chegará dos dominados e sem protecção».

Serei só eu a identificar nesta visão das coisas um insuspeitado perfume a Hegel e a Marx?

Em pleno triunfo da ciência e das tecnologias, e do correspondente progresso, como não lembrar também a advertência do «vidente» Tocqueville, quando nos lembrou que «é o progresso que gera as revoltas»?

3. Senhor Presidente da República:

Acabo de invocar uma pequena amostra de como o Mundo deste seu segundo mandato não é nem vai ser necessariamente o mesmo do primeiro. As mudanças que revolvem o «status» social e político de um momento dado, ocorrem tão vertiginosamente, que mal temos tempo para consciencializarmos o fosso que separa o que foi do que é. Pior do que isso: para anteciparmos o que vai ser amanhã. A este ritmo de vertigem, os cinco anos de um mandato podem ser uma eternidade.

Esta constatação, que tenho por irrecusável, exige de Vossa Excelência o redobrado afã de um contínuo «aggiornamento». Os juízos de certeza só em estrita medida podem continuar a ser instrumentos de trabalho de um alto responsável político. O que foi válido e recomendável para ontem, pode não o ser para hoje, ou deixar de sê-lo para amanhã.

Tenho, a esse respeito, defendido a necessidade de uma reflexão reforçada e prospectiva do que vai ocorrendo no Mundo nosso de cada dia. Reforçada, porque temos vivido e agido em défice dela. Prospectiva para que, na medida do possível, nos não deixemos colher desnorteados e surpresos.

Daí que eu venha defendendo, contra o pendor para a mesmice de todas as rotinas, a necessidade de que procuremos definir as tendências materiais, sociais e políticas que devamos ter por irreversíveis ou apenas prováveis. Quanto às irreversíveis, para que as retardemos, se indesejáveis, ou em qualquer caso nos acomodemos a elas. Quanto às prováveis, para lutarmos por elas ou contra elas, consoante for o caso. Temos de acreditar na probabilidade do improvável, ou na improbabilidade do provável, conforme o juízo que fizermos sobre as causas que os determinam.

Dou um exemplo: é ou não previsível que a violência continue a ser cada vez mais fácil, mais acessível, mais individualmente exercitável, mais generalizada, mais organizada e mais impune? Que tem sido feito a nível global para, com eficácia, ser travada essa tendência, certamente não irreversível, mas até agora não revertida?

Bancos sem alma e «off-shores»

A resposta é pouco ou nada. A novas formas de violência e criminalidade, os responsáveis políticos de não importa que país, têm oposto, e continuam a opor, remendos, nem sempre novos, no pano velho das clássicas respostas penais, policiais, judiciais e prisionais de raio curto. Válidas, quando muito, no espaço circunscrito das legislações e jurisdições nacionais. Leis que só valem o que valem até ao lado de cá de fronteiras, que nalguns casos, e para outros efeitos, até já nem existem; polícias pouco menos do que artesanais, tribunais de competência comarcá; prisões que em muitos casos saem mal do confronto com as masmorras dos romances de Charles Dickens. Isto quando as grandes empresas universais do crime organizado operam a nível global; dispõem dos meios tecnológicos mais sofisticados; auferem lucros fabulosos por ausência de medidas políticas que disso as impeçam; lavam esse dinheiro sujo nos «off-shores» e nas bolsas sem fiscalização, e em certos bancos sem alma; investem essa «roupa lavada» na economia legal; dominam sectores cada vez mais vastos e relevantes do mercado; e começam a ver luzir no horizonte o dia em que o seu poder económico lhes garanta o controlo de suculentas fatias de poder político. O «Big Brother» de Orwell não está assim condenado a permanecer apenas como um sucesso televisivo. Sobreretudo se o comum dos mortais continuar «acorrentado» à escola de violência que a televisão é, e que muito mais será no dia em que o tal dinheiro sujo tiver acesso ao seu domínio.

Sabemos isto ou estamos a dormir? Sabemos ou não que de balde combateremos com êxito a violência sem combatermos o modelo económico, social e particularmente televisivo que a determina? Sabemos ou não que não é a discreta doutamente sobre modelos policiais e prisionais, ou com argúcias jurídicas e judiciárias que vencemos o inimigo de dentro em que a moderna criminalidade se transformou? Sabemos ou não que a TV, o cinema, a música moderna, e sobretudo a rua, são um hino à violência, e eficacíssimas escolas da sua aprendizagem?

Sabemos ou não que, como já alguém afirmou, «após 24 imagens de cenas violentas, a 25ª será real»? Sabemos ou não que a liberdade de ter fome não é liberdade? Que competir sem regras não é igualdade? E que o amor do próximo perdeu a chave do inferno em que as cidades modernas se transformaram? Sabemos ou não que a violência não é uma fatalidade, e que as suas causas próximas e remotas podem ser combatidas?

Se sabemos, como explicar a quase

resignação dos responsáveis políticos de todo o Mundo? Acaso se deixaram conquistar pela resposta única dos EUA, com a sua «tolerância zero», os seus quase dois milhões de encarcerados, e os seus cerca três mil mortos adiados do «açougue» que dá pelo nome de «corredor da morte»? Creio não exagerar. Mesmo agora, face a essa primeira tentativa de criação de uma jurisdição supranacional de «combate aos crimes mais graves que afectam a humanidade», que é o Tribunal Penal Internacional, países que se reclamam da liderança do Mundo globalizado de hoje, e da Defesa dos Direitos do Homem, empenharam-se em que ficassem de fora da sua jurisdição os crimes contra os tráficos ilícitos: de drogas, de armas, de empregos, etc.

Pergunto-me porquê. E só encontro uma explicação revoltante: apesar de ilícitos, esses tráficos são «negócio». E a contemplação do espírito de lucro que a eles preside, e os jogos de interesses a eles ligados, são mais fortes do que o imperativo da sua eficaz repressão.

Por outra ordem de razões –aliás inversa! – não faltam na opinião pública dos países que assinaram o tratado que cria aquele Tribunal, e cuidam agora da sua ratificação, responsáveis políticos que, concordando embora com a necessidade dele, lhe opõem a reserva principiológica de que prevê, entre as penas a aplicar por ele, a pena de prisão perpétua. Pena essa que todos os países da União Europeia actualmente admitem, menos Portugal e Espanha, sendo que esta admite cúmulo de penas que não raro ultrapassam os cem anos! Estas penas, é claro, não são perpétuas! Os limites da esperança de vida encaregam-se de aliviar a consciência dos que as defendem.

De algum modo inversamente, o tratado que institui o Tribunal Penal Internacional obriga à revisão da pena perpétua, quando aplicada, decorridos que sejam vinte e cinco anos. Não, decerto, para aumentar a sua duração efectiva! Ainda se não inventou um tribunal que tenha jurisdição penal para lá do fim da vida!

Por vezes temos de optar entre valores que não conseguimos conciliar. Eu também abomino a prisão perpétua. Quase tanto como a pena de morte! Acho-a desumana e inútil. Mas, colocado entre aprovar o tratado com ela – já que não admite reservas – e aceitar que o meu País fique de fora do tratado, a beneficiar do combate de outros a crimes que também nos afectam, não sou capaz de resistir ao impulso de privilegiar esse combate. Trata-se de travar um inimigo que, se puder completar o processo em marcha do seu triunfo, saltará, não apenas sobre a proibição da pena perpétua, como sobre todos os princípios e valores da minha civilização. Assim sendo, porque o pouparei em nome deles?

Creio, Senhor Presidente, que este tópico ilustra bem a justificação da esperança reforçada que depositamos na jornada presidencial que hoje começa.

A prática das presidências abertas, em visita ao nosso País, que se revelou um êxito político e democrático, pode agora ter em alguma medida de ceder a vez à prática das presidências abertas à auscultação do futuro. Faço questão em que Vossa Excelência

aceite estas observações como homenagem de quem o considera à altura de todos os desafios. Temos todos – Presidente, Assembleia, Governo, Tribunais e Sociedade Civil – de nos empenhar, mais do que nunca, na gestão das mudanças que são ou se revelem necessárias. Temos de fazer essa gestão de forma integrada, nomeadamente estimulando e institucionalizando modelos de participação dos cidadãos que substituam os movimentos sociais espontâneos que cada vez mais irrompem pelas frinchas de proibições desactualizadas e inúteis. É difícil – todos o sabemos – governar em regime de livre opinião. Mas é ainda mais difícil governar tentando reprimir essa liberdade. Por agora, os governos enfrentam apenas as exigências da sua própria sociedade civil. Mas não demora que tenham de enfrentar as exigências da sociedade civil global que desporta. O debate político não pode continuar a ser, ou quase, um monopólio dos «media». Devem nela participar, nomeadamente, os críticos da classe política. Os que presumem uma autoridade que talvez não tenham. Criticar é fácil. Maldizer fácil. Decidir não tanto. Devem também ser convocados os cientistas, para ajudarem a resolver os problemas económicos, sociais e políticos que involuntariamente criam. Não basta que descubram como se divide o átomo ou se decifra o código genético. Têm de nos ajudar também a alimentar a população, a combater a insegurança e o desemprego, e a controlar a agressividade. Não basta inventar a televisão, a Internet, a telemática, a micro-electrónica, a robótica e outras maravilhas fatais da nossa idade. Têm de nos leccionar sobre as transformações e adaptações económicas, sociais, culturais e políticas que essa «revolução» exige, para que a terra continue rodando, connosco à superfície dela. Sem isso, a opinião pública continuará a ser injusta, quando não cruel, para os responsáveis políticos. Escolhe-os e depois abandona-os. Põe-os no pedestal e depois derruba-os. Quer participar, influir, até onde possível decidir? Os políticos conscientes e não desatentos não desejam outra coisa! Faça-se então esse pacto! Ainda vamos a tempo. O pior – já se disse – também não é seguro.

Exmas. Autoridades e Senhores Convidados: os meus agradecimentos por terdes aceitado testemunhar e abrihantar esta cerimónia tão rica de significado.

Senhor Cardeal-Patriarca, Eminência: é uma honra muito especial para a Assembleia da República podermos ter Vossa Eminência connosco no acto solene da posse de Sua Excelência o Presidente da República.

Senhor Presidente da República, Excelência: hoje é para esta Assembleia, e para o universo dos eleitores que representa, um dia jubileoso. E no entanto ensombrado pela tragédia que enlutou o País. Desejamos-lhe, e o Povo Português connosco, os melhores augúrios para o seu novo mandato. Que continue a fazer-se amar pelos Portugueses.

* Intervenção do presidente da Assembleia da República na sessão solene de posse do Presidente da República, realizada no dia 9 de Março de 2001.

Subtítulo da responsabilidade da Redacção



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Coros em Albufeira

A cidade volta a acolher, no sábado, dia 17, mais um encontro de grupos corais. Pela terceira vez, o palco do Auditório Municipal receberá diversos agrupamentos vocais do concelho e um de fora da região, que desta forma demonstrarão a arte de fazer da voz um instrumento sonoro. O III Encontro de Coros de Albufeira realiza-se a partir das 21 e 30.

A exposição fotográfica sobre Timor, intitulada «12 Dias com os mártires do silêncio», de Inácio Ludgero, encontra-se patente ao público, no Museu Municipal de Arqueologia, diariamente, até 31 de Março, entre as 10 e 30 e as 17 horas, exceptuando às segundas-feiras e feriados.

Palestras em Amarante

A autarquia local organiza, a partir do dia 19 e até ao dia 23, a «Semana da Floresta». Entre as iniciativas programadas contam-se a distribuição de livros, *t-shirts* e autocolantes, palestras sobre a «Árvore e a Floresta» e mostras de animais autóctones.

Livro em Coimbra

«O Jornalismo na Imprensa» é o tema da conferência, a cargo de Carlos Magno e Henrique Monteiro, que decorrerá, na terça-feira, dia 20, às 15 horas, na Casa Municipal da Cultura.

Na quarta-feira, dia 21, assista, no mesmo espaço cultural, pelas 17 e 30, à apresentação do livro de Dionísio Vila Maior, «Literatura em discurso(s) – Saramago, Pessoa, cinema e identidade».

Manuel Cardoso expõe, até ao dia 22, nas galerias do átrio e jardim da Casa da Cultura, os seus trabalhos de pintura.

Concerto em Fafe

O consagrado pianista Jorge Moyano recriará obras de Schumann («Carnaval op. 9»), Liszt («Valsa Mefisto») e Gershwin

(«Rhapsody in Blue»), no âmbito do musical «Raízes Ibéricas – Festival de Regiões», a realizar-se amanhã, no estúdio Fénix, pelas 21 e 30.

Na Casa da Cultura, estão em exibição as pinturas de António Pessôas, até ao dia 24, entre as 9 horas e as 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30, de segunda a sexta-feira. Os sábados, a mostra poderá ser visitada no horário vespertino.

Dança em Guimarães

A Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo actuará no Auditório da Universidade do Minho, amanhã, pelas 21 e 30.

No mesmo local e à mesma hora de sábado, dia 17, apresentam-se a dupla Maria João e Mário Laginha, num projecto musical c conjunto intitulado «Mumadgi». «A Fidelidade», um filme assinado por Andrzej Zulawski, estreia domingo, dia 18, no auditório da Universidade, às 21 e 45. Dois dias depois, na mesma sala de espectáculos, será exibido, às 21 e 30, o mais recente êxito de bilheteiras em Portugal. Trata-se de «Hannibal», realizado por Ridley Scott, com Anthony Hopkins no papel principal.

Ópera em Lisboa

«Chocolat», de Lasse Halstrom; e «Quase Famosos», de Cameron Crowe, são as fitas debutantes, amanhã, nas salas de cinema lisboetas.

Hoje, sábado, dia 17 e segunda-feira, dia 19, não perca a representação da ópera de Gioachino Rossini, «O Barbeiro de Sevilha», no Teatro Nacional S. Carlos, com direcção musical de Paolo Arrivabene e encenação de Tito Celestino da Costa.

Filme na Lousã

A partir de amanhã e até ao dia 8 de Abril estará patente ao público, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal, a mostra «Metamorfozes», da autoria da pintora Ana Cabral.

Também amanhã, sexta-feira 16, às 21 e 30, assista à exibição da película «O Protegido», com Bruce Willis e Samuel L. Jackson.

Guitarra em Montemor-o-Velho

Este sábado, dia 17, às 21 horas, haverá música em na Academia Musical Arazedense. Trata-se de um concerto de guitarra acústica a cargo do quarteto de cordas Zryyab.

Pintura no Montijo

«Aberta ao Mundo» é a designação genérica da mostra de pintura assinada por Margarida Pó que poderá apreciar, até ao dia 8 de Abril, no Museu Municipal.

Colóquio em Paredes de Coura

O Centro Cultural será palco, amanhã, às 21 e 30, do colóquio de abertura da décima edição dos Jogos Desportivos – «O Euro'2004: vantagens e inconvenientes».

Teatro em Santo Tirso

Até quarta-feira, dia 21, poderá assistir à representação de «Duas, Quatro, oito rodas». Esta peça, cuja temática principal é a educação e prevenção rodoviária, está a ser levada à cena pelo Novo Teatro Construção, destinando-se a todos os alunos que frequentam as escolas do ensino pré-primário e do 1º ciclo do ensino básico.

Capoeira em Sintra

Às 15 horas de sábado, dia 17, terá oportunidade de (re)ver o filme «Malcom X», de Spike Lee, na Casa da Juventude. Uma hora e meia depois, no mesmo local, poderá apreciar a demonstração de «Maculêlé», por parte da Escola de Capoeira Raízes D'África.

SUGESTÃO

«A Tempestade»

Expulso do seu ducado, Próspero reina numa ilha encantada. Os seus poderes mágicos dominam tempestades e criaturas como Ariel e Caliban, mas não tem poder sobre o coração humano, nem o seu próprio. Estamos a falar de «A Tempestade», uma peça mística e metafísica, por muitos considerada a obra final de William Shakespeare e uma das mais profundas meditações sobre o poderio da arte.

É de «A Tempestade» o famoso verso «oh brave new world» sobre o qual Aldous Huxley haveria de escrever uma das mais aterradoras alegorias do século XX («Admirável Mundo Novo»).

O espectáculo, que estará em cena hoje e amanhã, às 21 e 30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém, está a cargo da Royal Shakespeare Company, sendo encenado por James Macdonald. A não perder!



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Carta a Sophia Ou O quinto poema do português errante

Querida Sophia: como os índios do seu poema também eu procurei o país sem mal. Em dez anos de exílio o imaginei como os índios utópicos também eu queria um outro Portugal em Portugal. Mas quando regresssei eu não o vi como eles me perdi e nunca achei o país sem mal.

Talvez a própria vida seja isto passar montanha e mar sem se dar conta de que o único sentido é procurar. Como os índios do seu poema eu não desisto sou um português errante a caminhar em busca do país que não se encontra.

Manuel Alegre In «Livro do português errante» Publicações D. Quixote, Lisboa 2001

Festival Super Bock Super Rock

SISTERS OF MERCY

17 de Março - 21 horas Coliseu do Porto

MARÇO
Dia 21
Coliseu dos Recreios
Lisboa
Dia 22
Coliseu do Porto



O POLÍTICO E O TÉCNICO

O grave acidente que ocorreu na ponte sobre o rio Douro, próximo de Castelo de Paiva, do qual resultaram mais de 70 mortos e elevados prejuízos materiais, é um daqueles infelizes acontecimentos que ficam a marcar a história dos povos e a evolução das sociedades.

Estamos integrados num mundo globalizado onde as notícias correm à velocidade da luz e usufruímos de um regime político interno democrático e aberto, que impede veleidades de ocultação ou de manipulação dos acontecimentos que nos são mais desfavoráveis.

Está aí, portanto, em toda a sua crueza e brutalidade, perante toda a opinião pública, a tragédia que se abateu sobre Portugal e sobre os portugueses.

Naturalmente que este acontecimento já provocou e continuará a provocar, ainda de forma mais intensa, consequências políticas.

A primeira consequência foi, obviamente, a demissão do ministro do Equipamento Social.

Com o seu gesto tranquilo o ministro Jorge Coelho sinalizou, de forma incontornável, a forma como deve ser vivida a actividade política em Portugal.

Depois disto nada poderá ficar como dantes.

Não é seguramente o último contributo que Jorge Coelho dá ao reforço da democracia

portuguesa e à governabilidade, mas é seguramente o mais significativo e envolvente.

O Jorge Coelho não tem nenhuma responsabilidade directa nos acontecimentos de Entre-os-Rios; a sua responsabilidade é exclusivamente política, mas nem por isso o ex-ministro deixou de a assumir, de forma generosa, rápida e descomprometida.

O Jorge Coelho foi um excelente governante em todas as áreas sobre as quais teve responsabilidades; ser-lhe-ia assim muito fácil passar por este acontecimento sem demasiados incómodos pessoais.

A honrada e genuína atitude que tomou tem pois um grande e profundo significado político.

Praticamente na mesma altura o presidente dos três institutos, que herdaram a actividade da extinta Junta Autónoma de Estradas, limitou-se a colocar o seu lugar à disposição do Governo.

Há obviamente uma enorme responsabilidade técnica (e também política) dos institutos a que compete a política de construção e conservação das rodovias em Portugal.

Tal não significa que essa responsabilidade deva ser atribuída liminarmente ao seu actual presidente que, aliás, leva apenas cerca de seis meses de actividade.

Contudo, o mais elementar bom senso e

uma boa noção do serviço público deveriam motivar o novo presidente dos institutos a seguir o bom exemplo do ministro e tutela.

Dos dois gestos decorrem duas diferentes consequências.

O Jorge Coelho regressa ao Partido e ao Parlamento, onde aliás faz falta, e onde rapidamente será destacado.

O presidente dos institutos (se for entretanto demitido como já anunciou o novo ministro do Equipamento) regressa à sua actividade profissional.

O ex-misnistro assumirá o mandato de deputado.

O ex-presidente receberá uma principessa indemnização e partirá para outra aventura se ainda tiver força anímica e ambição.

Seria excelente que a opinião pública, que tão cruel é, muitas vezes no julgamento dos políticos, atentasse nesta pequena mas significativa história e, sobretudo, percebesse que ainda há homens (e mulheres) que põem o serviço público acima dos seus interesses pessoais e materiais.

Também por isto, o gesto de renúncia de Jorge Coelho ao cargo de ministro do Equipamento é marcante e significativo.

Este acidente acabou ainda por permitir aproveitamentos verdadeiramente inacreditáveis noutra área de apreciação. Refiro-me à nomeação dos gestores públicos e, em especial, à sua proclamada fidelidade partidária.

São conhecidas as limitações do actual Governo, nesta área, que decorrem da célebre frase «no jobs for the boys» usada pelo actual primeiro-ministro.

Esta limitação não impede, contudo, que o PS seja acusado de enxamear o aparelho de Estado com os seus militantes.

De forma injusta na generalidade dos casos e, muito particularmente, no caso dos institutos herdeiros da ex-Junta Autónoma das Estradas.

Sem curar de detalhes, claramente dispensáveis neste contexto, a situação destes institutos é, inequivocamente, a da manutenção de estruturas de gestão do passado que tudo fazem para contrariar e obstaculizar os objectivos do actual Governo.

Óra, para que as lamentáveis mortes e a comoção nacional delas decorrente não caiam em saco roto, é preciso que delas sejam extraídas todas as conclusões.

Não apenas no plano das obras públicas, mas igualmente no domínio da indispensável necessidade de reformar a Administração Pública e relançar as prioridades da descentralização e regionalização das políticas públicas que mais directamente afectam os cidadãos.

Estes sim podem ser os verdadeiros condimentos da abertura de um real e verdadeiro novo ciclo político que volta a ser prometido pelo primeiro-ministro.

Quero insurgir-me contra aqueles que não foram capazes de ver na demissão de Jorge Coelho um dos gestos mais dignos e politicamente mais substantivos que aconteceram na vida portuguesa (...) quero enaltecer a honestidade e a grandeza do cidadão que dá à política a dimensão da seriedade que julgávamos perdida»

Emídio Rangel

Diário de Notícias, 10 de Março

«Havia os exemplos de Walter Rosa e de Francisco Sousa Tavares. Com a sua atitude, Jorge Coelho contribuiu para ressuscitar o conceito de responsabilidade política no exercício do poder»

Manuel Alegre

Expresso, 10 de Março

«O mundo está realmente perigoso, até para a UE e mesmo para este nosso canto à beira-mar plantado»

Mário Soares

Ibidem

«Os deuses em fúria parece não estarem com Tony Blair, tão sorridente e simpático, tão bem comportado e próximo dos presidentes americanos, quer se chamem Clinton ou Bush, qual a diferença que faz, para a elástica "terceira via", um modelo de flexibilidade»

Idem, ibidem

«Quem estraga tudo é o "mayor" de Londres, o trabalhista Ken Livingstone, que ainda não mostrou abertura para aceitar a privatização do metro. Grande desaforo!»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista

Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa

Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X



Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados

